**FACULDADES UNIFICADAS DE GUARAPARI**

**CURSO DE DIREITO**

**LÉLIS MARISA FRAGA ALMEIDA**

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E A (IN)EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS POR AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS FISCALIZADORES**

**GUARAPARI**

**2014**

**LÉLIS MARISA FRAGA ALMEIDA**

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E A (IN)EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS POR AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS FISCALIZADORES**

Monografia apresentada no Curso de Direito das Faculdades Unificadas de Guarapari, como requisito l para obtenção de Título de Bacharel em Direito.

**Professor Orientador Msc.**  Alexsandro Camargo Silvares

**GUARAPARI**

**20****1****4**

**LÉLIS MARISA FRAGA ALMEIDA**

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E A (IN)EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS POR AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS FISCALIZADORES**

Monografia apresentada ao Curso de Direito das Faculdades Unificadas de Guarapari como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Aprovada em 15 de Dezembro de 2014

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Alexsandro Camargo Silvares

Prof. Orientador

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Ricardo José da Silva Silveira

Prof. Avaliador

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Antonio Ricardo Zany

Prof. Avaliador

Dedico este trabalho a minha mãe, meu saudoso pai; um toque de saudade, meus irmãos, meu esposo juntamente com meu filho, que com muito carinho е apoio, não mediram esforços para a realização desta etapa de minha vida.

**AGRADECIMENTO**

A Deus pela saúde, força e inspiração para superar todas as intempéries vivenciadas no decorrer da vida acadêmica. Toda energia empregada no aprendizado era renovada com entusiasmo, e transformada em novos ânimos; para enfrentar os obstáculos do caminho, vislumbrando o futuro.

A instituição pelo carinho no tratamento e ambiente salutar proporcionado. Ao corpo docente por compartilhar seu aprendizado, doando sua sapiência e experiências armazenadas.

Ao meu orientador, Alexsandro Camargo Silvares pela paciência, apoio e colaboração na elaboração deste trabalho. Contribuindo com doutas argumentações e orientações enriquecedoras e valorosas.

A Marilza, da Biblioteca, pela dedicação, apoio e carinho, transformou-se em amiga.

Agradeço a todos os professores, que passaram pela minha vida acadêmica e semearam a educação, participaram do meu progresso e crescimento, concorreram para alcançar minha formação profissional.

Agradeço minha mãe, Adenildes, minha fortaleza. Nos momentos de aflição e cansaço era incentivador ouvir sua voz doce, foi meu suporte nas horas difíceis, nos momentos de desânimo e inquietação, o seu amor, carinho, e palavras encorajadoras foram demasiadamente valiosos e importantes para concretizar esta etapa da minha vida.

A minha irmã Jussara, sempre me estimulando, disposta a entender minhas lamentações, me proporcionando a tranquilidade necessária para ir em frente, com seus conselhos impagáveis, aqueles que precisava ouvir... não o que queria ouvir.

Agradeço meu filho e meu marido pela paciência, que nos momentos de minha ausência por ocasião do empenho e dedicação aos estudos, que impactou o cotidiano familiar, entenderam que não existe vitória sem sacrifícios.

Aos amigos que estiveram juntos na mesma caminhada, sorrindo, chorando, amando ou se odiando, de braçada em braçada, mas chegamos. Muitos foram deixados pelo caminho, mas os que permaneceram, irão usufruir o sabor da vitória.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para meu crescimento acadêmico e profissional, o meu sincero muito obrigado.

“Não basta abrir a janela para ver os campos e o rio**.**

Não é bastante não ser cego para ver as árvores e as flores.

É preciso também não ter filosofia nenhuma Com filosofia não há árvores:

Há ideias apenas

Há só cada um de nós, como uma cave.

Há só uma janela fechada, e todo o mundo lá fora;

E um sonho do que se poderia ver se a janela se abrisse/

Que nunca é o que se vê quando se abre a janela”

(Fernando Pessoa)

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ampl. – ampliada.

Art. – Artigo.

atual. – atualizada.

BOs – Boletins de Ocorrência.

CAES – Casa Abrigo Estadual.

CC – Código Civil Brasileiro.

CEDAW -  [Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women](http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CEDAW.aspx) (Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher).

CEDIMES – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado do Espírito Santo

CF – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

CP – Código Penal.

CPC – Código de Processo Civil.

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

CPMIVCM – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Violência Contra a Mulher.

CRAM – Centro de referência de Atendimento à Mulher.

CRAMVIVE – Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Vila velha.

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

CRM – Centro de Referência da Mulher.

CTB-ES – Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – Seção Espírito Santo.

DEAM – Delegacia Especializada no Atendimento as Mulheres Vítimas.

DF – Distrito Federal.

DHPM – Delegacia de Homicídios e Proteção as Mulheres.

DJ – Diário de Justiça.

DJe – Diário de Justiça Eletrônico

DSP – Dispositivo de Segurança Preventiva.

EC – Emenda Constitucional.

ed. – edição.

fls. – folhas.

FOMES – Fórum de Mulheres do Espírito Santo.

HC – habeas-corpus.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

INTP – Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IPs – Inquéritos Policiais.

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e transgêneros.

LMP – Lei Maria da Penha.

MG – Minas Gerais.

MP – Ministério Público.

MPUs – Medidas Protetivas de Urgência.

n. – número.

NUDEM – Núcleo de Defesa da Mulher.

OAB-ES – Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Espírito Santo.

OEA – Organização dos Estados Americanos.

OMS – Organização Mundial de Saúde.

ONGs – Organizações Não Governamentais.

ONU – Organização das Nações Unidas.

p. – página.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

PAD – Processo Administrativo Disciplinar.

PAVIVS – Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual

PB – Paraíba.

PIB – Projeto Integral Básico.

RDA – Revista de Direito Administrativo.

rev. – revista.

RF – Revista Forense.

RFCPMI – Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito.

RJTJSP – Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo.

RN – Rio Grande do Norte.

RT – Revista dos Tribunais.

RTJ – Revista do Tribunal de Justiça.

SATED-ES – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Espírito Santo.

SINDIADVOGADOS-ES – Sindicato dos Advogados do Espírito Santo.

SINDILIMPE-ES – Sindicato dos Trabalhadores em empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Serviços Similares no Estado do Espírito Santo.

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres.

STF – Supremo Tribunal Federal.

STJ – Superior Tribunal de Justiça.

TJMG – Tribunal e Justiça de Minas Gerais.

UBM-ES – União Brasileira de Mulheres do Estado do Espírito Santo.

UNEGRO-ES – União de Negros pela Igualdade do Estado do Espírito Santo.

v.g. – verbi gratia (por exemplo).

vol. – volume.

**RESUMO**

O presente trabalho analisou os pontos referentes à responsabilidade civil do Estado pela omissão em relação a violência contra a mulher. Os conflitos gerados entre a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e o Sistema Organizacional do Estado por negligência na implementação de critérios fiscalizadores e de políticas públicas continuadas, atuam como empecilho ao desenvolvimento das medidas protetivas e ações preventivas. Para alcançar tal objetivo foram utilizados: metodologia exploratória, com base em estudos de doutrina, jurisprudências e pesquisas eletrônicas. O intuito do trabalho é compreender os conflitos que regem a Lei Maria da Penha e suas respectivas ações de enfrentamento da violência de gênero. Conclui-se que todo o desvelo e acuidade descritos na Lei Maria da Penha, vão de encontro a indolência do Estado.

**Palavras-chave:** Responsabilidade do Estado, omissão, Violência contra a mulher, Medidas protetivas, Lei Maria da Penha.

**ABSTRACT**

This study examined the issues related to the liability of the State by omission in relation to violence against women. The resulting conflicts between the Law 11.340 / 2006 (Maria da Penha Law) and the Orgazacional System of the State for negligence in the implementation of inspection criteria and continued public policy, act as an impediment to the development of protective measures and preventive actions. To achieve this goal were used: exploratory methodology, based on doctrinal studies, case law and electronic research. The work order is to understand the conflicts governing the Maria da Penha Law and their respective shares of enfrentamente for containment of gender violence to State interests. We conclude that all this care and accuracy described in the Maria da Penha Law, go against the indolence of the state.

**Keywords:** Liability of the state, omission, violence against women, protective measures, Maria da Penha Law.

**SUMÁRIO**

[INTRODUÇÃO 14](#_Toc394925098)

[1. responsabilidade civil 16](#_Toc394925099)

1.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL.........................16

1.2 CONCEITO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E SEUS PRESSUPOSTOS......20

[2. A Responsabilidade civil do estado 24](#_Toc394925100)

2.1 A EVOLUÇÃO......................................................................................................26

**2.1.1 A irresponsabilidade do Estado**.....................................................................26

2.2 EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.......................29

2.3 DANOS POR CONDUTA OMISSIVA DO ESTADO E SEUS DOS AGENTES.....31

**3. HISTÓRICO DA LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/2006)**................................34

3.1 AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA..................................................36

**3.1.1 Das medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor**...................38

**3.1.2 Das medidas protetivas de urgência à ofendida**..........................................40

**4. A RESPONSABILIDADE DO ESTADO NA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA**

**PENHA**.................................................................................................................42

4.1 INEFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS POR AUSÊNCIA DOS CRITÉRIOS

FISCALIZADORES DA LEI 11.340/2006.............................................................47

4.2 DANO MORAL E A INDENIZAÇÃO................................................................50

4.3 PREVENÇÃO.......................................................................................................53

[CONCLUSÃO 57](#_Toc394925103)

[REFERÊNCIAS 60](#_Toc394925104)

[ANEXO 1: Tratamentos Jurisprudenciais e relatórios 65](#_Toc394925105)

[ANEXO 2: gráficos e tabelas 73](#_Toc394925105)

[ANEXO 3: publicações 78](#_Toc394925105)

[ANEXO 4: relatório Final da Comissão Parlamental Mista de Inquérito/ES 84](#_Toc394925105)

**INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem a intenção de abordar a responsabilidade civil omissiva do Estado no tocante à aplicação das medidas protetivas de urgência, vinculando-a aos desacertos da efetiva atuação do poder público e dos órgãos competentes, em virtude da precariedade ou inexistência de critérios fiscalizadores das condições estabelecidas e os reflexos das ações retardatárias. Analisando, ainda, em razão da omissão daquela os possíveis malefícios direcionados a ala feminina, oriundos da deficiência do sistema, e o inadequado atendimento as vítimas, propulsionado pela má informação, postergação dos procedimentos iniciais, negligência no oferecimento de serviços anteriores e ulteriores as medidas de proteção adotadas.

O tema traz à baila a (in)eficiência da aplicabilidade das Medidas Protetivas de Urgência, que institucionalizada pela ausência de investidas punitivas imediatas do Estado, garantiu a sensação de impunidade e a naturalização da violência, por consequência a presunção da imputabilidade do ato ilícito, haja vista o alto índice de morte e violência desferida contra as mulheres pelos seus companheiros.

Sob esse quadro analítico, o presente trabalho visa responder aos seguintes questionamentos: com o advento da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), houve aparentemente um aumento exacerbado da violência doméstica? A sensação de impunidade acelerou, em virtude da ausência de fiscalização, em relação ao cumprimento de medidas protetivas de urgência? Até que ponto a omissão ou a incapacidade do Estado, dos legisladores e atuantes na área, delinearam o panorama que obstam o *ius puniendi*? A Constituição de 1988 em seu artigo 6º garante a vida e como tutor deste bem jurídico, neste caso, o Estado responde pela ofensa a integridade física da vítima? Há possibilidades de indenização à vítima ou seus familiares, pelo Estado face ao ato danoso, atribuído ao descaso no descumprimento do dever a segurança, sabendo-se ser este um dos principais direitos e garantias fundamentais elencados do art. 5º *caput* e no artigo 6º da CRFB/88?

Os objetivos do presente estudo são conceituar e distinguir os temas supracitados, por estarem engessados pelos mecanismos viciosos do sistema, analisando-se a responsabilidade do Estado em atos omissivos e comissivos do poder jurisdicional em relação à intervenção no núcleo familiar. Também será realizado um breve histórico acerca da Lei Maria da Penha, identificando as Medidas Protetivas de Urgência descritas no art. 22, e concomitantemente a ausência de critérios fiscalizadores, que as tornam inertes perante inúmeras ocorrências.

Com o escopo de se atingir os objetivos desse trabalho se utilizará a pesquisa teórico-dogmática, tendo em vista que serão abordados conceitos doutrinários e jurisprudenciais para equacionar o problema apresentado na tentativa de criar uma solução para o conflito social existente.

A apresentação dos capítulos analisará a ineficiência e/ou ausência de critérios fiscalizadores da referida lei, além da responsabilidade do Estado em relação à aplicabilidade associada ao cumprimento das medidas protetivas de urgência pelo agressor.

Por fim, o trabalho apontará a criação de instrumentos apropriados que identifique possibilidades de disseminação dos critérios fiscalizadores a serem introduzidos e cumpridos pelos poder legislativo e órgãos competentes. No intento de promover a integridade física, psicológica e moral das vítimas de violência doméstica e do seu núcleo familiar. Com o efetivo acompanhamento do Estado através da homogeneização das normas e procedimentos, interagindo esses elementos, tornando-os uniformes, espontâneos, com intuito de alcançar metas, com relevante valor social e jurídico.

Vale salientar que o tema apresentado desenvolveu-se a partir de pesquisas bibliográficas, através de coleta de dados, a saber: em leis, livros, artigos jurídicos e posicionamentos jurisprudenciais, demonstrando a ausência legislativa, quanto à fiscalização do cumprimento das condições estabelecidas pelas medidas protetivas de urgência propostas.

**1. RESPONSABILIDADE CIVIL**

# A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A evolução da responsabilidade civil no decorrer dos tempos, coleta efeitos jurídico-sociais, sobrepondo-se a irresponsabilidade do Estado. Esta evolução foi gradativa, ajustando-se as regras aderentes e adequadas à contemporaneidade da sociedade existente, no período vigente normativo.

Em civilizações primitivas a responsabilidade atribuída, a alguém, por atos lesivos causados a outrem, refletia ao agressor uma punibilidade produzida pela ideia de vingança, de origem romana, o mal era retribuído com o mal, o ofendido reunia membros do grupo social lesado para a efetivação do castigo. Observando-se que a repreensão imputada continha natureza coletiva.

“O instituto da responsabilidade civil, como instrumento de reparação eficaz do dano, deu-se somente no Direito Romano, no século IV a.C., com a elaboração da *Lex Poetelia Papiria.* Segundo Washington de Barros Monteiro (2007, p. 6, Apud Saul José Busnello e Vitor Hugo Pasqualini)[[1]](#footnote-1), a *Lex Poetelia Papiria* estabelecia que “os bens e não o corpo do devedor deveriam responder pelas suas dívidas *(pecuniae creditae bona debitoris non corpus ob noxium esse)”.*

“A partir dessa Lei, o ofensor, ou devedor, passou a responder com seu patrimônio por dívidas e por prejuízos causados, e não mais com seu corpo, marcando o início do verdadeiro instituto da responsabilidade civil, que, a princípio, confundia-se com a responsabilidade penal”. [[2]](#footnote-2)

Com a sucessão longa e lenta do tempo houve a individualização desses castigos, a vítima punia pessoalmente o agressor, ou seja, o ofendido causava o mesmo dano ao ofensor. Tal período foi denominado de autotutela, não havia distinção entre responsabilidade penal ou civil, nem tampouco a reparação de danos sofridos pela vítima. O princípio empregado era a Lei de Talião “olho por olho, dente por dente”, que evidenciava claramente a violência empregada em decorrência da obrigação não cumprida, isto é, o prejuízo produzido motivava uma resposta do ofendido em relação ao ofensor em grau equivalente. Considerava-se compensada a obrigação, com a resposta violenta ao descumprimento da mesma, a efetiva reparação do dano era irrelevante.

Com o ajustamento das normas à evolução social, as relações jurídicas foram se estabelecendo progressivamente, conscientizando e equilibrando ações entre indivíduos. E os impasses que anteriormente empregava meios ilegítimos para satisfazer suas pendências foram atenuando gradualmente em razão da repressão imprimida à sociedade pelo direito positivo.

Neste mesmo diapasão, o ordenamento jurídico também proporcionou ao ofensor a possibilidade de acordo, gerando a título de recompensa à vítima a satisfação do pagamento; quer seja pecuniário que seja o oferecimento de bem ou bens que suprissem valores determinados na transação

Sílvio de Salvo Venosa exprime primorosamente:

“Os princípios da responsabilidade civil buscam restaurar um equilíbrio patrimonial e moral violado. Um prejuízo ou dano não reparado é um fator de inquietação social. Os ordenamentos contemporâneos buscam alargar cada vez mais o dever de indenizar, alcançando novos horizontes, a fim de que cada vez menos restem danos irressarcidos...”

O efeito progressivo social concomitantemente às normas, fizeram emergir edições normativas específicas produzindo a tipificação de condutas, convencionando-se procedimentos com base em fundamentação legal, gerando o *ius puniendi,* responsabilizando-se civil ou penalmente o agressor, imputando-lhe com relevância o elemento culpa.

A digressão da responsabilidade com culpa ou subjetiva, em virtude da difícil tarefa das vítimas de coletar provas, originou-se o instituto da responsabilidade civil objetiva ou sem culpa. A exposição de novas possibilidades legais, integradas ao ordenamento jurídico, propulsionou elementos contributivos para o fortalecimento da responsabilidade objetiva, onde a ideia essencial cultivada pelo direito positivo corrobora o ressarcimento pelo dano, não havendo a necessidade de comprovação de culpa.

Sílvio de Salvo Venosa, instrui em matéria de Direito Civil:

“ O vasto campo da responsabilidade civil, o que interessa saber é identificar aquela conduta que reflete na obrigação de indenizar. Nesse âmbito, uma pessoa é responsável quando suscetível de ser sancionada, independentemente de ter cometido pessoalmente um ato antijurídico. Nesse sentido, a responsabilidade pode ser direta, se diz respeito ao próprio causador do dano, ou indireta quando se refere a terceiro, o qual, de uma forma ou de outra no ordenamento, esta ligado ao ofensor. Se não puder ser identificado o agente que responde pelo dano, este ficará irressarcido; a vítima suportará o prejuízo. O ideal, porém, que se busca no ordenamento, é no sentido de que todos os danos sejam reparados. No século XXI descortina-se uma amplitude para os seguros que deverão, em futuro não distante, dar cobertura a todos os danos sociais, segundo a tendência que se pode divisar”.

A responsabilidade civil é disciplinada pelo Direito das Obrigações. Sofreu grandes mutações ao divergir da simples condição da comprovação de culpa (subjetiva), para uma complexa estruturação de normas ativadas pela Revolução Industrial.

Conforme Sergio Cavalieri Filho, ao descrever o elemento culpa no contexto geral, relata a insatisfação norteada pela fragmentação de comprometimentos, proporcionadas pelo crescimento em todos os segmentos da área social, determinando a responsabilidade civil objetiva, excluindo-se o elemento culpa e potencializando a teoria do risco. Este instituto fornece substratos suficientes garantindo favorecimento indubitável à vítima, isentando-a de comprovar o dano causado. Em sua obra Programa de Reponsabilidade Civil Cavalieri Filho menciona George Ripert no prefácio ao Tratado de Responsabilidade Civil, de René Savatier:

“O nosso século viu um maravilhoso desenvolvimento da responsabilidade civil porque novas regras foram impostas pelas modificações ocorridas nas condições materiais da vida. A multiplicação dos acidentes corporais seria a causa principal da severidade da lei ou dos juízes em relação aos que os causam. Por isso, podemos glorificar a nossa época de possuir um sentimento mais elevado de justiça, felicitar os tribunais de ter criado regras e de exaltar uma vez mais o progresso do direito”.[[3]](#footnote-3)

Vale lembrar que as vicissitudes dessa evolução, contribuíram para danos de proporções inclassificáveis, impossibilitando visualização de culpados. Os danos em massa foram impulsionados pela máquina econômica, iniciando-se uma sequência ininterrupta de prejuízos provocados por ofensores completamente anônimos, sem identificação, nome, rosto ou imagem, impossibilitando a atribuição da culpa.

A responsabilidade civil subjetiva se ampara na culpa, e a objetiva se sustenta no nexo de causalidade e na prova da ação ou omissão do causador do dano, identificando o dever de indenizar. No entanto, a aplicação dessa modalidade de responsabilidade dar-se-á em casos específicos, ditados em lei, ou quando a atividade desenvolvida, apresentar exposição de danos a direitos de outrem.

A norma imprime comportamentos que garantem a fidelidade no cumprimento das obrigações, pois a responsabilidade idealiza “dever cumprido”.

O instituto em testilha promove a responsabilização de atos antijurídicos, remetendo a prática de justiça social, classificando danos, operando no combate contra os abusos do direito, buscando priorizar o cumprimento de obrigações.

O confronto entre lícito e ilícito, expõe a responsabilidade de alguém, o responsável, e fomenta subsídios para implementação de uma relação jurídica litigiosa. Inexistindo os danos, não há que se falar em responsabilidade. De acordo com Sérgio Cavalieri Filho:

“A violação de dever jurídico configura o ilícito, que, quase sempre, acarreta dano para outrem, gerando um novo dever jurídico, qual seja, o de reparação de dano.”[[4]](#footnote-4)

**CONCEITO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E SEUS PRESSUPOSTOS**

A noção de responsabilidade implica a ideia de resposta, termo que, por sua vez, deriva do vocábulo verbal latino *respondere*, com o sentido de responder, replicar.[[5]](#footnote-5)

A definição da expressão implica responsabilizar-se, responder pelos seus atos, consiste no dever de reparação, confere ressarcimento pelos danos causados a outrem. O tema, por sua vez, recorre à pura expressão do vocábulo, responsabilidade, significa imputar a existência de um fato a alguém, atribuindo direitos e deveres dentro de um contexto social.

Maria Helena Diniz define responsabilidade civil como:

“A responsabilidade civil é a aplicação de medidas que obriguem uma pessoa a reparar o dano moral ou patrimonial causado a terceiros, em razão de ato por ela mesmo praticado, por pessoa por quem ela responde, por alguma coisa a ela pertencente ou de simples imposição legal.” [[6]](#footnote-6)

A obrigação de indenizar é proveniente de ação abusiva e esta inserida em nosso ordenamento jurídico tendo como pressuposto o dano, ou prejuízo.

Outrora o dano possuía natureza patrimonial hodiernamente, a visão jurídica reconhece o dano por sua natureza, material e moral, definindo-se da seguinte maneira: O dano material será produzido quando gerar um dano efetivo ao patrimônio de alguém. Quando causado imediatamente verifica-se a forma direta ou dano emergente, se outros fatos ocorrerem em consequência deste, observa-se a forma indireta. Já o dano moral atinge o campo da subjetividade, o responsável constrange e fere os sentimentos de outrem, atingindo o emocional de forma negativa, havendo internalização da dor.

A aplicação da sancionatória fundamenta-se em julgar o dano, a conduta do agente causador é irrelevante. Este posicionamento é sintetizado por Jorge Mosset Iturraspe (Apud Carlos Roberto Gonçalves):

“a) O fundamento se encontra no dano, porém mais injustamente sofrido do que no causado com ilicitude;

b) Há uma razão de justiça na solução indenizatória, uma pretensão de devolver ao lesado a plenitude ou integralidade da qual gozava antes;

c) A culpa foi, durante mais de dois séculos, o tema obsessivo, o requisito básico, a razão ou fundamento da responsabilidade;

d) O direito moderno, sem negar o pressuposto de imputação culposa, avançou no sentido de multiplicar hipóteses de responsabilidade ‘sem culpa’, objetivas, na qual o fator de atribuição é objetivo: risco, segurança ou garantia;

e) A última década do século XX nos mostra, juntamente com o avanço dos critérios objetivos, o desenvolvimento de fórmulas modernas de cobertura do risco, através da garantia coletiva do seguro obrigatório, com ou sem limites máximos de indenização;

f) O século XXI, por seu turno, haverá de pôr em prática um sistema verdadeiramente novo de ‘responsabilidade’, que já se manifesta em alguns países, como Nova Zelândia; um sistema de cobertura social de todos os danos, com base em fundos públicos e sem prejuízo das ações de regresso, em sua modalidade mais enérgica”.[[7]](#footnote-7)

O dispositivo 186 do Código Civil expressa amparo acerca do dever de reparar:

‘Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito ou causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.’

Os pressupostos para imputação do fato ao autor podem ser de natureza comissiva, quando o agente comete diretamente o ato danoso, e omissiva quando o agente não observa um dever previsto em lei.

Para haver indenização, a culpa terá como critério exigível para caracterizá-la: o comportamento do agente. Este poderá advir de negligência, imperícia e imprudência, ou ainda a vontade do agente de praticar o ato danoso. Quanto ao nexo de causalidade é atribuída ao agente a relação da ação com o ato danoso.

Desta forma, conclui-se, que toda responsabilidade gerará uma sansão, podendo alcançar searas: penal e/ou civil. Diferenciando-as entre si na aplicação da sanção: A penalização da responsabilidade civil terá natureza indenizatória, de caráter pecuniário, com reparação dos prejuízos causados. Desde que, seja demonstrada: a conduta, o dano, o nexo de causalidade e a culpa. Portanto, trata-se de interesse privado. Na esfera penal a norma infringida é de direito público, a sociedade é a ofendida, a sanção aplicada é pessoal e intransferível, respondendo o réu com privação de liberdade. Ambas quando coincidem, invocará a supremacia do interesse público sobre o privado, impondo à ação civil uma forte influência da ação penal.

O termo responsabilidade civil, busca em qualquer situação, o ressarcimento dos danos sofridos.

As ofensas podem estar associadas ou separadas, apenas, o fato contribuirá para caracterizar a constatação de dois pontos imprescindíveis: o fato gerador e a imputabilidade direcionada ao ofensor. As exigências de elementos que constituem atribuição de um comportamento antijurídico, compõem um panorama onde se vislumbra o prisma normativo, promovendo visibilidade em competência jurídica. Desta forma, quando estão presentes esses elementos que norteiam o dever de reparar, o responsável deverá arcar com as consequências, gerando dever de indenizar.

Nesse ínterim, vale ressaltar, que há quatro espécies de responsabilidade civil: civil contratual; civil extracontratual ou aquiliana, responsabilidade civil subjetiva e civil objetiva.

A responsabilidade civil objetiva implica a teoria do risco, ou o chamado risco suscitado, este vislumbra a possibilidade de danos pela natureza da atividade ou desnude características de práticas conferidas as funções exercidas, proporcionando danos a outrem. Venosa ensina (2014, p. 18), conforme segue:

“A explicação dessa teoria objetiva justifica-se também sob o título *risco profissional*. O dever de indenizar decorre de uma atividade de uma atividade laborativa. É o rótulo que explica a responsabilidade objetiva nos acidentes do trabalho. Outros lembram do *risco excepcional*, como é o caso da transmissão de energia elétrica, exploração de energia nuclear, transporte de explosivos etc. Sob a denominação *risco criado*, o agente deve indenizar quando, em razão de sua atividade ou profissão, de seu risco proveito, cria um perigo. Esse, aliás, deve ser o denominador para o juiz definir a atividade de risco no caso concreto segundo o art. 927, parágrafo único, qual seja, a criação de um perigo específico para terceiros em geral”.

Portanto, fica claro que na responsabilidade civil objetiva o dano e o nexo de causalidade são pressupostos para o dever de indenizar, sustentada pela teoria do risco, evidenciando que o agente deverá responder, quer na objetiva sem culpa pela natureza da atividade, no dever de sua profissão, ou subjetiva com culpa ou dolo.

O termo responsabilidade civil, busca em qualquer situação, o ressarcimento dos danos sofridos.

As ofensas podem estar associadas ou separadas, apenas, o fato contribuirá para caracterizar a constatação de dois pontos imprescindíveis: o fato gerador e a imputabilidade direcionada ao ofensor. As exigências de elementos que constituem atribuição de um comportamento antijurídico, compõem um panorama representado pelo prisma normativo, promovendo visibilidade em competência jurídica. Desta forma, quando estão presentes esses elementos que norteiam o dever de reparar, o responsável deverá assumir as consequências dos atos, gerando dever de indenizar.

Sem imputação de dano não haverá caracterização de responsabilidade, sem esta não haverá indenização.

Não adentrarei em todas as espécies de responsabilidade civil, pois o intento deste trabalho consiste em focalizar atenção especialmente à responsabilidade civil objetiva do Estado.

# 2. A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

No ordenamento jurídico o instituto da Responsabilidade Civil do Estado, esta disciplinado na seara do Direito Administrativo e Constitucional.

O Estado exercita a força do seu poder por meio de objetivos específicos, utilizando-se de normas que fixam claramente comportamentos sociais e se traduzem no bem estar necessário à interação entre os indivíduos.

Esta interpretação é promovida pela carga de competência constitucional conferida ao Estado, com relevante atribuição e prerrogativa definindo claramente a proteção, o zelo e a segurança em sentido *lato sensu*, utilizando-se de verbos que ampliam o entendimento da proposta em todo seu texto legal.

Destaca-se a Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas de Direito Público interno quando há violação de direitos e danos causados a terceiros praticados por atos dos seus agentes, tanto em sua forma ofensiva moral ou jurídica. Conforme a Constituição de 1988, aduz a natureza objetiva da responsabilidade, imputando ao Estado o dever de indenizar, o Código Civil em seu artigo 43 Parte Geral declara o direito regressivo contra os causadores do dano, quando estes tiverem culpa ou dolo.

“Art. 43 – As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvados direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.”

Carlos Roberto Gonçalves enuncia que:

“A Constituição Federal adotou a teoria da responsabilidade objetiva do Poder Público, mas sob a modalidade do risco administrativo. Desse modo, pode ser atenuada a responsabilidade do Estado, provada a culpa parcial ou concorrente da vítima, e até mesmo excluída, provada a culpa exclusiva da vítima.”[[8]](#footnote-8)

Diante do exposto fica evidenciado no artigo 43 supracitado, a forma inconteste da objetividade da norma, buscando nivelamento de forças através da declaração nos casos de atos comissivos. A identificação deste confronto viabilizou equilíbrio entremeando Estado e/ou o funcionário quando figurarem no polo passivo da ação. Salientando que os atos omissivos, não foram apresentados claramente no artigo acima mencionado, abrindo um leque de controvérsias, em razão da lacuna contida na referida matéria.

Haja vista a distinção já praticada pelo Supremo Tribunal Federal, que anuncia o seguinte:

“Segundo a teoria do risco administrativo, a ação de indenização da vítima, em virtude da responsabilidade civil do Estado, há de ser dirigida unicamente contra a pessoa de direito público envolvida. Provada a culpa do servidor no ato lesivo ao particular, cabe apenas a ação regressiva do Estado. Como resume Hely Lopes Meirelles, ‘o legislador constituinte bem separou as responsabilidades: o Estado indeniza a vítima; o funcionário indeniza o Estado’. Entretanto, demonstra desde logo a responsabilidade subjetiva, isto é, a culpa do servidor, tem o Supremo Tribunal Federal admitido que a ação de indenização se exerça diretamente contra o causador do dano”.[[9]](#footnote-9)

Verifica-se, então que o dano causado será lançado sobre o causador direto do dano, excluindo-se o Estado da responsabilidade objetiva, induzindo a responsabilidade subjetiva.

**2.1 A EVOLUÇÃO**

**2.1.1 A IRRESPONSABILIDADE DO ESTADO**

A teoria da irresponsabilidade do Estado retratava um estado absolutista, observando-se tudo que agradava ao rei. Frases inesquecíveis como: “O rei não erra”, “O Estado sou eu”, “O que agrada ao príncipe tem força de lei”, eram expressões carregadas de contornos despóticos, destacando-se a conduta unidirecional do Estado em relação ao funcionário, considerando-os sujeitos distintos. O Estado não se responsabilizava por atos abusivos ou fora dos limites estatais.

Gradativamente, este comportamento entrou em declínio, em função de resistências dos tribunais, doutrina e pela lógica dos valores sociais apresentados progressivamente. De acordo com Celso Antônio Bandeira de Mello, o reconhecimento da responsabilidade do Estado, à margem de qualquer texto legislativo teve por marco relevante o famoso aresto Blanco, do Tribunal de Conflitos proferido em 1º de fevereiro de 1873, ainda que nele se fixasse que a responsabilidade do Estado não é geral, nem absoluta, e que se regula por regras especiais (Curso de Direito Administrativo, 15ª ed., Malheiros Editores, p. 861). Somente muito mais tarde, entretanto, os Estados Unidos e a Inglaterra vieram a admitir a responsabilidade civil do Estado, os primeiros em 1946, através do Federal Tort Claims Act, e a segunda em 1947, pelo Crown Proceeing Act. (Apud CAVALIERI FILHO, Sergio, 11ª ed., 2014, p.283/284).[[10]](#footnote-10)

O artigo 15 do Código Civil de 1916 demonstrou que a responsabilidade civil do Estado, em sua fase civilista demandava provar o comportamento antijurídico de atos praticados pelos seus representantes:

“As pessoas jurídicas de direito público são civilmente responsáveis por atos dos seus representantes que nessa qualidade causem danos a terceiros, procedendo de modo contrário ao direito ou faltando a dever prescrito por lei, salvo o direito regressivo contra os causadores do dano”.

Nota-se que a omissão do Estado esta expressa no tal dispositivo, a Constituição de 1946 revogou parcialmente o artigo supracitado, dispensando o requisito pelo que editado no art. 107 de seu parágrafo Único da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, assim disposto:

“Art. 107. As pessoas jurídicas direito público responderão pelos danos que seus funcionários, nessa qualidade, causarem a terceiros.

Parágrafo Único. Caberá ação regressiva contra funcionário responsável, nos casos de culpa ou dolo”.

Na Constituição de 1988 em seu art. 37, § 6º, não se exige a conduta culposa do funcionário. Cuidando verificar que o dano injusto causado a terceiro, por agente público, agindo nessa qualidade, decorrerá ao Estado o dever de indenizar. A jurisprudência nesse sentido é pacífica.

“Art. 37, § 6º - As pessoas jurídicas de direito público as direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”.

A Constituição de 1988, deixa claro, que a abrangência dessa responsabilidade alcança as autarquias e as pessoas jurídicas de direito privado no cumprimento de funções delegadas pelo Poder Público.

O Código Civil de 2002, art. 43, não alterou a essência do artigo constitucional,:

“Art. 43 - As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo”.

Entende-se que a responsabilidade civil das pessoas de direito público independe de prova de culpa, basta o prejuízo injusto causado.

“Assim, se o risco administrativo não significa que a indenização sempre será devida, pois não foi adotada a teoria do risco integral, e se a culpabilidade da vítima esta conhecida e esta, quanto ao ofensor, afastada a ilicitude do fato, a douta sentença merece ser mantida. É que, ‘enquanto não evidenciar a culpabilidade da vítima, subsiste a responsabilidade objetiva da Administração. Se total a culpa da vítima, fica excluída a responsabilidade da Fazenda Pública; se parcial, reparte-se o ‘quantum’ da indenização’.”[[11]](#footnote-11)

Neste diapasão, nota-se que a teoria da responsabilidade objetiva é adotada pela Constituição Federal expondo, a modalidade do risco administrativo, pois o fato do dano instala-se em decorrência da atividade administrativa, de forma regular, irregular ou incompatível. Importa desvelar, que a responsabilidade pode ser amenizada, quando provada culpa parcial ou concorrente da vítima, quando comprovada culpa exclusiva desta, será excluída culpa estatal.

# 2.2 EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

# A exoneração da responsabilidade do Estado encontra-se definida em lei, e coaduna-se com correntes doutrinárias, consideradas como fontes do direito, assegurando-lhes também competência para interpretação das normas jurídicas.

# Conforme demonstra a doutrina, para a extirpação da obrigação de responder por comportamentos antijurídicos omissivos, responsabilidade subjetiva do Estado, este deverá apoiar-se nos seguintes pressupostos, para isentar-se do elemento culpa: caso fortuito, força maior, estado de necessidade, culpa exclusiva da vítima ou de terceiro.

# O caso fortuito é impulsionado pela ação humana, mas independente da vontade desta, pois é proveniente da imprevisibilidade do ato produzido.

# Já a força maior distingue-se do caso fortuito, pela imprevisibilidade da ação causada por fenômenos natureza, independe da vontade humana para produção do fato.

# No estado de necessidade importa o interesse público em detrimento do privado, pressuposto norteado pelo princípio da supremacia do interesse público sobre o privado. A administração pública, através de seu controle interno, poder discricionário, impõe submissão em casos de guerras ou tragédias, utilizando-se do art. 37 da CRFB/1988, enuncia implicitamente os princípios da finalidade, impessoalidade e da autotutela, este consagrado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de duas Súmulas (346 e 473), suprimindo a vontade individual em prol da coletividade.

“Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e,...”

Súmula 346: ‘A Administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.’

Súmula 473: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

# Quanto a culpa exclusiva da vítima ou de terceiro, a própria expressão é autoexplicativa, o Estado exonera-se de qualquer responsabilidade, pois não concorre para o fato danoso. O substancial esclarecimento jurisprudencial citado por Carlos Roberto Gonçalves (Direito Civil Brasileiro 4), ratifica a sucinta definição acima :

# “A Administração Pública isenta-se totalmente da obrigação de indenizar quando se desincumbe satisfatoriamente do ônus, que lhe pertence, de demonstrar que o fato decorreu de culpa exclusiva do ofendido.” [[12]](#footnote-12)

# As condições oferecidas pelos pressupostos supramencionados, afastam a obrigação de indenizar da pessoa jurídica de direito público, por danos causados a terceiros, sem a emersão do elemento culpa ou dolo, não há que se falar em obrigação de reparação.

# 2.3 DANOS POR CONDUTA OMISSIVA DO ESTADO E SEUS AGENTES

# O Estado ampara-se na atenuante do risco da atividade, alijando-se da culpa do dano causado a outrem (objetiva) em virtude das excludentes de ilicitude. Em contrapartida o seu agente quando age com dolo ou culpa, se comprovado (subjetiva), o Estado responderá, mas será restituído logo após por intermédio de ação regressiva, face ao seu agente.

# A conduta omissiva realça e cria novo vértice interpretativo, o discurso traz novos questionamentos, divergências doutrinárias e jurisprudênciais, fomentando discussões que bailam sobre o elemento subjetivo culpa, que aduz o art. 186 do CC, verbis:

“Art. 186 – Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”

Destarte, não só a ação, mas a omissão invoca danos pela ausência do desencadeamento de atividades do agente, que deixa de agir ou simplesmente omite-se. Esta omissão põe em evidência a inércia funcional do agente, suscitando a culpa, “in omittendo’ e a culpa ‘in vigilando’. Basicamente deixa de manifestar-se, não age nem com ‘bonus pater familiae’, nem como ‘bonus administrator’, “cruzando os braços”, atraindo danos tanto para os administrados como para a administração. Sua negligência, imprudência e imperícia ficam expostas, diante das seguintes ações: solércia; confia na sorte e falta de habilidade do exercício da atividade técnica. Conforme preleciona Carlos Roberto Gonçalves.

Segundo Sergio Cavalieri Filho, a Constituição Federal em seu art. 37 § 6º não evidencia a conduta omissiva da atividade administrativa o Estado, mas menciona a comissiva. O Estado responde por essa conduta, quando houver prejuízos causados a terceiros, mas resguarda o direito de regresso contra o agente direto causador do dano. (ANEXO I, ex. I).

# 

Carlos Roberto Gonçalves menciona algumas conclusões relevantes de Celso Antônio Bandeira de Mello, que seguem:

“a) A responsabilidade do Estado no Direito Brasileiro é ampla. Inobstante, não é qualquer prejuízo patrimonial relacionável com ações ou omissões do Estado que o engaja na obrigação de indenizar.

(...)

f) Quando o comportamento lesivo é comissivo, os danos são causados pelo Estado. Causa é o evento que produz certo resultado. O art. 107 da Carta Constitucional estabelece que o Estado responde pelos danos causados.

g) No caso de dano por comportamento comissivo, a responsabilidade do Estado é *objetiva.* Responsabilidade objetiva é aquela para cuja irrupção basta o nexo causal entre a atuação e o dano por ela produzido. Não se cogita de licitude, dolo ou culpa.

h) Quando o comportamento lesivo é omissivo, os danos são causados pelo Estado, mas por evento alheio a ele. A omissão e condição do dano, porque propicia sua ocorrência. Condição é o evento cuja ausência enseja o surgimento do dano.

i) No caso de danos por comportamento omissivo, a responsabilidade do Estado é *subjetiva.* Responsabilidade *subjetiva* é aquela cuja irrupção depende de procedimento contrário ao Direito, doloso ou culposo.

j) O Estado responde por omissão quando devendo agir, não o fez incorrendo no ilícito de deixar de obstar àquilo que podia impedir e estava obrigado a fazê-lo.

k) ...”[[13]](#footnote-13)

A culpa do poder público foi reconhecida pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, pelo voto do Ministro Carlos Velloso, reconhecendo a culpa do poder público, na questão de descaso pela integridade física, ameaças e assassinatos de detentos, provocadas por outros prisioneiros. O ato omissivo em testilha caracteriza a responsabilidade subjetiva, em razão da negligência, imprudência e imperícia, concomitantemente.[[14]](#footnote-14)

Esse entendimento foi sustentado por Oswaldo Aranha Bandeira de Mello[[15]](#footnote-15) e compartilhado por Maria Helena Diniz[[16]](#footnote-16). Mas alijado por Toshio Mukai, fundamentando-se que “as Obrigações, em direito, comportam causas, podendo elas ser a lei, o contrato ou o ato ilícito”.

Assim – prossegue – “causa, nas obrigações jurídicas (e a responsabilidade civil é uma obrigação), é todo aquele fenômeno de transcendência jurídica capaz de produzir um poder jurídico pelo qual alguém tem direito de exigir de outrem uma prestação (de dar, de fazer ou não fazer), segundo Carlos Roberto Gonçalves.

Concluindo-se que a conduta omissiva em sua essência decorre da culpa e desdobra-se sempre da mesma maneira: violação do dever de cuidar, verificando que esse comportamento omissivo pode ser por causa e não condição, segundo Carlos Roberto Gonçalves.

**3.** **HISTÓRICO DA LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/2006)**

O elevado crescimento estatístico da violência de gênero ganhou destaque mundial e emanou a necessidade de uma adequação legislativa, uma lei específica que punisse os agressores de violência doméstica e familiar contra a mulher.

A contribuição vital de Maria da Penha Maia Fernandes, protagonista de uma história de sofrimentos, no decorrer de sua vida conjugal, vivenciadas por torturas, agressões seriadas, cárcere privado e duas tentativas de homicídio; uma resultando em paraplegia dos membros inferiores provocada por um tiro e outra por eletrocussão.

A farmacêutica abraçou a causa em busca de justiça e segurança, oferecendo como justificativa à sociedade suas próprias experiências, propagando a necessidade de lei específica que protegesse as mulheres contra a violência doméstica. Chamou atenção das organizações políticas e sociais, fomentou discussões por meio de proposta formuladas por consórcios de ONGs, repercutiu o caso nacionalmente e o elevou ao nível internacional. A reformulação das propostas foi coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Governo Federal, promovendo o encaminhamento daquelas ao Congresso Nacional.

Seguido todos os trâmites legais, nasce a Lei 11.340, em vigor desde 22 de setembro de 2006, denominada “Lei Maria de Penha”, em homenagem a mulher que hasteou a bandeira da discussão da violência de gênero, fenômeno social todas em classes sociais. A Lei encontra sustentáculo na disposição contida no art. 226, § 8º da CF/88, sopesando a intervenção do Estado no núcleo familiar, como garantidor de proteção, *verbis:*

“Art. 226 – A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integra, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.

Os órgãos internacionais como: a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994) “, da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) da Organização das Nações Unidas (ONU), impõem normas de combate a violência doméstica, por tratar-se de violação de direitos humanos.

No ano de 2001 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos responsabilizou o Estado brasileiro por negligência e omissão em relação á violência doméstica e recomendou várias medidas em relação ao caso concreto de Maria da Penha e em relação ás políticas públicas do Estado para enfrentar a violência doméstica contra as mulheres brasileiras[[17]](#footnote-17).

Nasce a “Lei Maria da Penha” subscrevendo em seu teor todas as regras e condições para reprimir a violência de gênero. As medidas protetivas invocam a valorização a vida, aos direitos e a dignidade da mulher, o respeito às características peculiares atribuídas ao ser humano “mulher” ante a ordem social.

**3.1 AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA**

Segundo Instituto Avante Brasil, há pluralidades de fatores que contribuem para a motivação da violência de gênero: ciúmes; consumo inadequado de drogas lícitas e ilícitas; desrespeito; desconfiança; traição; desentendimentos rotineiros e problemas econômicos. Apesar dos avanços dos últimos anos, no que tange à violência contra a mulher, levantamento feito Instituto Avante Brasil apontou que 40.000 mil mulheres foram vítimas de homicídios no Brasil, entre 2001 e 2010. Só no ano de 2010, 4,5 entre 100.000 mulheres perderam suas vidas no país. Consoante o Instituto Avante Brasil, em 2010, uma mulher foi vítima de homicídio a cada 1 hora, 57 minutos e 43 segundos.  Em 2001, a média era de 2 horas, 15 minutos e 29 segundos. O crescimento de mortes anual, entre 2001 e 2010, foi de 1,85% ao ano.[[18]](#footnote-18)(ANEXO II, Quadros III e IV)

No entanto, os motivos mais apontados como fatores desencadeadores de conflitos são o álcool e os ciúmes. A proteção oferecida pela “Lei Maria da Penha” prevê em seu art. 6º: “A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos”. Destacando este preceito de valorização a cidadania e a dignidade da pessoa humana, ratifica-se o Estado Democrático de Direito delineados na CF/88 no art. 1º, *caput*, incisos I e II da CF/1988, encontrando guarida na prevalência pelos direitos humanos (art. 4º, inciso II, CF).

A Lei em questão contribuiu para impulsionar o “agir” jurisdicional, fornecendo substratos para ações preventivas imediatas, as chamadas medidas protetivas de urgência. Vê-se, no entanto, que o descumprimento destas, reveste-se da impunidade, em virtude da ausência de critérios fiscalizadores, elevando o número de mortes, conforme demonstra pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa econômica Aplicada (IPEA).

Concluindo através de estudos elaborados pelo IPEA que a Lei Maria da Penha não colaborou para a redução de mortes no Brasil, e o perfil das vítimas recai entre as mulheres jovens e negras, e os parceiros íntimos (pais, maridos, namorados) são os assassinos em 40% (quarenta por cento) dos casos. O estado de maior incidência de vitimas de feminicídio[[19]](#footnote-19), o Espírito Santo, lidera o ranking nacional, como demonstra a tabela transcrita no ANEXO I, quadro I e ANEXO II, quadros I, II, III e ANEXO IV, o Relatório Final da CPMI.

A Lei 11.340/06 prevê outras formas de violência no âmbito das relações familiares, não somente a física, mas a psicológica, a sexual e a patrimonial, como define o art. 7º da referida Lei

Art. 7º - São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

“*I – A violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da vítima;*

*II – À violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, persegui ção contumaz, insulto, chantagem, ridicularizarão, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação*;”

III - À violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à  prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.”

IV - “À violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;”

V – A violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

As medidas Protetivas de Urgência são mediações preventivas de combate à violência de gênero, conciliando o atendimento da autoridade policial o os imediatos procedimento legais cabíveis, as determinações concedidas pelo juiz com a intervenção do Ministério Público, cabendo em qualquer fase do inquérito policial ou instrução criminal a prisão preventiva do agressor.[[20]](#footnote-20)

As medidas cautelares estão elencadas nos artigos 22, 23 e 24 da Lei 11.340/2006, dispostas em obrigações ao agressor e diligências de proteção às vítimas de violência doméstica.

**3.1.1** **DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA QUE OBRIGAM O AGRESSOR**

As medidas cautelares tem por objetivo proteger a integridade física, moral, psicológica, sexual e patrimonial das vítimas. Não obstando a aplicação de outras previsões legais adquirirem características provisionais separadas ou conjuntamente à Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006).

As medidas tratadas na Seção II art. 22 da Lei 11.340/2006, expõe as obrigações relacionadas ao comportamento do agressor em relação à vítima quando constatada a violência de gênero. O juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, medidas preventivas de segurança, acionando medidas de urgência, entre outras:

“I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei n**o** 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1**o**  As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2**o**  Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6**o** da Lei n**o** 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3**o**  Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4**o**  Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos §§ 5**o** e 6º do art. 461 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

O artigo supracitado trata exclusivamente das medidas protetivas de urgência definidoras da conduta do agressor, após constatação da violência. No entanto, tais descumprimentos das condições estabelecidas, não caracteriza crime de desobediência, podendo descaracterizar a transgressão, por conter cumulação de pena pecuniária, vide o exemplo de Decisão prolatada pela 6ª Turma do STJ:

“O descumprimento de medida protetiva de urgência, prevista na lei Maria da Penha ([11.340/06](http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI198846,21048-Descumprimento+de+medida+protetiva+da+lei+Maria+da+Penha+nao)), não configura a prática do crime de desobediência. Este foi o entendimento da 6ª turma do STJ, ao analisar recurso de um réu de MG. Seguindo voto do ministro **Sebastião Reis Júnior**, a turma definiu que a previsão em lei de penalidade administrativa ou civil para a hipótese de desobediência a ordem legal afasta o crime previsto no artigo 330 do [CP](http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI198846,21048-Descumprimento+de+medida+protetiva+da+lei+Maria+da+Penha+nao), salvo quando houver expressa cumulação.

No caso, ao aplicar medidas protetivas contra o réu, acusado de ameaçar de morte a ex-companheira, o juiz determinou que, em caso de descumprimento, seria aplicada multa diária no valo de R$ 100. A ordem para que se mantivesse distante 200 metros da vítima não foi cumprida, e o MP denunciou o réu por crime de desobediência, por nove vezes.

Em primeiro grau, ele foi absolvido, mas o TJ/MG entendeu ter ocorrido o crime, sob o argumento de que o homem tinha ciência de ordem judicial para se manter a distância da vítima, “e dela se aproximou, o que caracterizaria o crime de desobediência”.

**Pena pecuniária**

Ao julgar o recurso, o ministro Sebastião Reis Júnior destacou que a lei 11.340/06 estabeleceu sanção pecuniária para o caso de inexecução de medida protetiva de urgência, e que esta sanção foi prevista pelo juiz do caso quando da aplicação das medidas. Assim, “*se o juiz comina pena pecuniária para o descumprimento de preceito judicial, a parte que desafia tal ameaça não comete o crime de desobediência*”, afirmou o relator, citando precedentes do STJ.

Além disso, o ministro lembrou que houve recente alteração do Código de Processo Penal, para estabelecer, no artigo 313, inciso III, a prisão preventiva como garantia da execução das medidas protetivas, se o crime envolver violência doméstica contra a mulher. Assim, se o caso admitir tal decretação, também não se poderá falar em crime de desobediência. Processo relacionado : REsp 1. 374.653”.[[21]](#footnote-21)

Teor integral do relatório da Decisão em ANEXO I, ex. II.

Diante do exposto visualiza-se uma atenuação do descumprimento das condições estabelecidas, em virtude da cumulação da pena pecuniária. Entendeu-se que o delito da desobediência é considerado atípico. Por considerar que a própria Lei Maria da Penha prevê sanção específica. Em contraposição a vítima mantém-se na insegurança a mercê de atos volitivos do agressor.

**3.1.2 DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA À OFENDIDA**

Os artigos 23 e 24 da “Lei Maria da Penha”, trata das medidas de proteção direcionadas à vítima, determinadas por juiz competente sem prejudicar outras medidas, autoridade policial ou a requerimento do Ministério Público. As referidas medidas oferecem assistências de programas oficiais e atendimentos específicos que proporcionam proteção a vítima e seus dependentes, promovendo o afastamento do lar sem prejuízo de direitos materno-filial ou patrimonial, e separação de corpos, quando necessário.

Art. 23.  Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

IV - determinar a separação de corpos.

O artigo 24ª assegura proteção no âmbito patrimonial, sopesando o patrimônio da sociedade conjugal, podendo determinar liminarmente a restituição de bens subtraídos pelo agressor, entre outras medidas. Conforme segue abaixo disposição legal:

Art. 24.  Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;

II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Parágrafo único.  Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo.

Salienta-se comentar que toda e qualquer medida acima, provocará mudanças em toda a estrutura familiar, em prol da segurança. Adiantando que por vários fatores envolvidos, há casos de renúncia de ações, seja por dependência afetiva, financeira ou ameaça. A vítima poderá renunciar a representação conforme dita o art. 16 da Lei 11.340/2006.

“O artigo 16 da “Lei Maria da Penha” destaca que nas ações penais públicas condicionadas a representação da ofendida, somente se admitirá a renúncia à representação perante o juiz em audiência especialmente designada para tal finalidade, desde que seja antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público, ressaltando que a audiência é solicitada pela ofendida”.

**4. A RESPONSABILIDADE DO ESTADO NA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA**

O termo responsabilidade imprime obrigação decorrente de ação ou omissão, daquele que deveria cuidar e não o faz, assume o risco de fazer ou causa prejuízo a terceiro. Seguindo a definição de responsabilidade civil do Estado assumiu o risco de tutelar bens jurídicos dos seus administrados, tanto na esfera penal quanto na civil. No que tange a violência doméstica, a omissão é clara, não em razão da lei imposta, mas o “rastejar” dos sistemas jurídico e político circunstantes à Lei. A falta de comprometimento do poder público sonegando injeção de recursos públicos aos projetos assistenciais de proteção a mulher, vítima de violência doméstica, esbarra no desinteresse e na inexistência de políticas continuadas, afetando a incrementação da referida lei. O art. 39 da Lei Maria da Penha, esclarece:

Art. 39.  A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no limite de suas competências e nos termos das respectivas leis de diretrizes orçamentárias, poderão estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta Lei.

O Estado assume todos os atos com a promulgação da Lei, mas esquiva-se do seu total cumprimento, lançando responsabilidades nos limites das respectivas competências. A inexistência de campanhas institucionais de esclarecimentos ao público alvo, inovações com centros de reabilitação aos agressores, estes também necessitam ser assistidos, pois desencadeiam um processo reacional destrutivo intrafamiliar.

Art. 35.  A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Os altos índices de mulheres mortas por seus companheiros íntimos enfrenta um desdobramento de fenômeno global, esta assumindo proporções epidêmicas de saúde. Segundo relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), divulgado dia 20 de junho de 2013, ratificado pela Promotora de Justiça do RN Érica Venícia Canuto de Oliveira Veras.

“Sete anos após a promulgação da Lei Maria da Penha, embora o grande esforço que o Brasil tem demonstrado no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, as estatísticas são alarmantes. Em grande parte, o aumento do número de denúncias e, consequentemente, o reflexo nas estatísticas, se devem ao maior conhecimento das pessoas sobre a lei, fazendo com que procurem mais a rede de apoio. Seguramente, a Lei Maria da Penha é a lei mais popular do país.   
  
No último dia 20 de junho de 2013 foi publicado o mais recente estudo pela Organização Mundial de Saúde (OMS), revelando que, em todo o mundo, a agressão cometida por parceiro íntimo é o tipo mais comum de violência contra as mulheres, afetando 30% do total. De acordo com o relatório, a violência física ou sexual é um problema de saúde pública, porque pode provocar lesões imediatas, infecções, depressão e até transtorno mental. Ainda de acordo com o estudo, cerca de 35% de todas as mulheres devem sofrer violência ou em casa ou fora dela em algum momento de suas vidas. A OMS afirma que a violência contra mulheres causa epidemia global de saúde, com proporções epidêmicas. Mais de 1/3 das mulheres do mundo é vítima de violência física ou sexual.”[[22]](#footnote-22)

Os dados estatísticos (ANEXO II quadro V) corroboram claramente a omissão do Estado antes e depois da Lei, e a impassível permanência do espírito indolente, ratificando a conduta impotente diante de dados alarmantes, diante do alarde praticado pelo furor midiático. Dá-se a sensação de se “enxugar gelo”, a impunidade declarada se deve em razão da existência de uma Lei, de eficácia mitigada

Constitucionalmente as famílias estão amparadas pelo dispositivo 226 § 8º da CF/88, isso significa: vida, trabalho, segurança, habitação, alimentação, transporte, lazer, saúde, dignidade, respeito, liberdade, educação entre outros bens jurídicos tutelados pelo Estado. Mas, o que se percebe são amontoados de leis que se perdem no tempo e no espaço, não perduram na convivência social não punem com distinção os agressores, facilitando o acesso destes à vida cotidiana das vítimas. Em contrapartida, estas se revestem de insegurança e aguardam o desenrolar de andamentos processuais, que decidirão: como, quando e onde assegurar suas integridades físicas e se suas famílias, bem como mantê-las protegidas de todas as formas de discriminação, crueldade e negligência, que as tornam prisioneiras do próprio medo, encontrando obstáculos para seus avanços diários.

Que destinação dar-se-á a tantas Leis, Estatutos, Convênios, Convenções, regulação de direitos e Programas Assistenciais com seus respectivos percentuais de recursos públicos aplicados em prol às vítimas de violência de gênero, se não há exigência e cuidado dos entes federativos em produzir políticas públicas continuadas, para garantir o crescimento de práticas executáveis de programas de redes de enfrentamento a violência contra a mulher.

Buscar a verdadeira essência dos artigos 1º da Lei 11.340/2006 e o art. 226, § 8º da CF/88, para proteger em todos os aspectos, obstando-se da prática real diária.

“Art. 1o  Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do [§ 8o do art. 226 da Constituição Federal](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art226§8), da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar”.

**Art. 226.** A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

**§ 8º** - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Parte superior do formulário

Parte inferior do formulário

Ferdinand Lassalle, sociólogo alemão, sabiamente, afirmou: “ Essa é, a síntese, em essência, a Constituição de um país: a soma dos fatores reais do poder que regem um país”.[[23]](#footnote-23)

As leis foram expressas, mas ignoradas, descumpridas e desrespeitadas pela sociedade e poder público, a repressão social imposta pelo autoritarismo estatal distendeu, e a tensão provocada expôs fragilidades. As leis são simplesmente folhas de papel, mas as reais são as praticadas por um país no seu do dia-a-dia, sem formalidades, sem papéis, são as leis que regem uma sociedade que responde afirmativamente de forma condescendente aos atos insurgentes, sucessivamente considerados “aceitáveis” pelo poder público.

A posição indolente do poder publico, decreta seu fracasso no combate a violência doméstica e a criminalidade em geral, pois faltam estímulos garantidores da eficiência e moralidade pública e a **supressão de culpa como pressuposto para responsabilidade civil determina transferência de obrigações.**

Os registros apontam que a mortalidade feminina praticada por seus parceiros, são reflexos da ausência de atuação e métodos propostos pelo Estado, que provoquem a frenagem dessa violência concentrada em destinatários certos, ANEXOS II, quadros. III, IV e V.

A impunidade possibilita inevitavelmente o aumento dos homicídios, agressões físicas e abusos sexuais, no entanto, a Constituição Federal/88 expressa em seu art. 226, § 8º, a verdadeira essência da proteção.

**Art. 226.** A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

**§ 8º** - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

A violência de gênero tornou-se banalizada, conferindo os dados estatísticos dos ANEXOS II, quadros III, IV e V, que claramente reportam a omissão estatal. A recorrência dos delitos, faz observar o verdadeiro colapso e o estrangulamento do sistema para apresentar resposta jurídicas e políticas aos atos de execuções sumárias desferidas a classe feminina.

**É a ineficiência do poder produzindo a fadiga política, que irromperá fatalmente em explosões de ânimos inflamados por anseios e angústias sociais, Ferdinand Lassalle, preleciona:**

“Entretanto, o poder que se apóia na Nação, meus senhores, embora seja, como de fato o é realmente, infinitamente maior, não está organizado; a vontade do povo, e sobretudo seu grau de acometimento, não é sempre fácil pulsá-la mesmo por aqueles que dele fazem parte. Perante a iminência do início de uma ação, nenhum deles é capaz de contar a soma dos que irão tentar defendê-la. Ademais, a nação carece desses instrumentos do poder organizado, desses fundamentos tão importantes de uma Constituição como acima demonstramos, isto é, dos canhões. É verdade que os canhões adquirem-se com o dinheiro fornecido pelo povo; certo também que se constroem e se aperfeiçoam graças às ciências que se desenvolvem no seio da sociedade civil, à química, à técnica, etc. Somente o fato de sua existência demonstra como é grande o poder da sociedade civil, até onde chegaram os progressos das ciências, das artes técnicas, dos métodos de fabricação e do trabalho humano... Mas, aqui calha a frase de Virgílio: *Sie vos non vobis!* Tu, povo, fabrica-os e paga-os, mas não para ti! Como os canhões são fabricados sempre para o poder organizado e somente para ele, a nação sabe que essas máquinas de destruição e de morte, testemunhas latentes de todo o seu poder, vomita rão a metralha sobre ela, infalivelmente, logo que se revoltar. Estas razões explicam porque um poder menos forte, porém organizado, pode sustentar-se anos a fio, sufocando o poder, muito mais forte, porém desorganizado, do país, até que a população um dia, cansada de ver os assuntos nacionais tão mal administrados e pior regidos e que tudo é feito contra sua vontade e contra os interesses gerais da nação, se levanta contra o poder organizado, opondo-lhe sua formidável supremacia, embora desorganizada.

A evolução do ser humano somente acontecerá através da educação, e somente ela transformação e instruirá

**Na prática observa-se que a família, uma instituição precipuamente defendida constitucionalmente, perde espaço, pois falta o olhar de órgãos estatais, para cuidar desta assolada instituição.**

**“É preciso que as famílias, a sociedade e o Estado façam sua parte. Diz-se isso porque o homem é capaz de sonhar e correr atrás de seus sonhos, mas, às vezes, não lhe é ensinado o caminho para alcançar esse desiderato. Temos que investir no homem. O homem – ninguém tem dúvida – é capaz de amar e amar intensamente, como já se disse acima; o homem é capaz de ser um agente transformador e transformar-se”, com ensina o Professor Sérgio Salomão Shecaira, Apud Luiz Flávio Gomes.**

**Vê-se necessidades de mudanças, romper paradigmas que cegam e paralisam, é preciso retaliar rumores plangentes de inquietação, a palavra de ordem é ação, bem como os rastros indeléveis dos conceitos rançosos que impedem o progresso individual e coletivo. Novos conceitos políticos e sociais podem consecutivamente suscitar clamores de justiça e oferecer univocamente novos horizontes. Esta evolução virá, através da educação.**

**4.1 (IN)EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS POR AUSÊNCIA DOS CRITÉRIOS FISCALIZADORES DA LEI 11.340/2006**

**A Lei Maria da Penha trouxe muitas inovações e com ela mecanismos de proteção da lei que prevê capítulo específico de atendimento pela autoridade policial para os casos de violência contra a mulher e esclarece os procedimentos de atos jurisdicionais adotados.** (Portal do CNJ). Em oposição a LMP, estatísticas ratificam que tais medidas não foram suficientemente necessárias para conter a intolerância do machismo cravado, no seio familiar e social por determinação da herança cultural, vide ANEXO III ex. I.

No relatório final a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) os resultados demonstram a omissão do poder público, na contensão de violência contra mulher. Vide parte do relatório 7 (sete) anos após a LMP. ANEXO III ex. II

De acordo com o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (RFCPMI) a instituição do programa de desenvolvimento do país (PAC), desenvolveu ações na área social, direcionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher – Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, nasceu com a finalidade de elaborar ações dirigidas para tal, foi firmado entre os entes federativos, contendo como objetivo primordial o combate à violência contra mulher em todas as formas, em harmonia com diretrizes aclamadas pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará – 1944), Tratado Internacional que invoca a constituição dos direitos humanos.

No entanto, o panorama nacional vai de encontro às disposições proclamadas em lei (LMP). Os critérios fiscalizadores de contensão à violência contra a mulher, são negligenciados, de acordo com a RFCPMI a precariedade de equipamentos e serviços que compõem a rede de atendimento às mulheres, não atende amplamente, mulheres em situação de violência, bem como revela a inacessibilidade desta assistência as comunidades rurais, da mata (indígenas, ribeirinhas, quilombolas), e municípios mais carentes, também esbarra no empecilho às políticas de interseccionalidade ou transversalidade de gênero ( raça/etnia, sexualidade, idade, capacidade entre outras). A ausência de investimentos públicos, estaduais e municipais desarticula e abaixa a qualidade de toda a estrutura correspondente a LMP, como exemplo o art. 14 da LMP é inexistente, conforme declara o RFCPMI:

“Art. 14 – Os Juizados de Violência e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo Único – Os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

A CPMI constatou:

“que os Tribunais de Justiça, em todos os estados visitados não dão a devida atenção à LMP e não priorizam, os orçamentos, a instalação de juizados e Varas nem nas capitais nem no interior, e negligenciam a necessidade de equipe multidisciplinar. Ao que tudo indica, não houve ainda a compreensão necessária de que a violência contra as mulheres não é mais aceita socialmente e não pode ser banalizada pelo Poder Judiciário através da negação da adequada prestação jurisdicional, que deve ser realizada pelas varas e juizados especializados”.

Os critérios fiscalizadores englobam o Sistema de Justiça, o Sistema de Assistência Psicossocial e o Sistema de Saúde.

Destarte, pela ótica do direito perfeito, as medidas protetivas têm na sua pratica forma eficaz para coibir a violência, oferecendo a proteção e a segurança necessárias, uma inovação no combate a violência de gênero, no tocante ao caso abstrato. - Em contrapartida no caso concreto... As medidas protetivas esbarram no controle de ações setorizadas, administrativas e jurídicas, promovidas pelo sistema organizacional do Estado. A inércia, negligência e imperícia instaladas prenunciam desgastes sistêmicos em efeito cascata, e as respostas sobressaem através de condutas antijurídicas, acostadas na impunidade.

Esse reflexo gera comportamentos sociais com respostas negativas, que em cumplicidade com a impunidade, acredita-se na ineficácia da LMP. A impunidade traduz-se em resultados delituosos gravíssimos, culminando em mortes de vítimas amparadas pela lei em testilha.

Com a representação da vítima, e a violência de gênero constatada, há oferecimento de medidas protetivas de urgência, conferindo ao poder jurisdicional determinar por meio de atos preventivos de proteção, a guarda de bens jurídicos tutelados. As mulheres em situação de risco, bem como seus dependentes, são encaminhadas aos programas e serviços de proteção e assistência social (Portal do CNJ).

“De acordo com o Relatório Nacional Brasileiro uma mulher é agredida a cada quinze segundos:

 “Quinze segundos é um período de tempo muito curto. Basta contar até 15 e pronto: já se passaram 15 segundos. Parece ser um lapso de tempo tão insignificante, durante o qual nada acontece, tanto que o período de 24 horas contém 5.760 vezes a fração 15 segundos. Talvez só fazendo essa singela operação aritmética é que se possa visualizar o quanto chocante é o dado que consta do Relatório Nacional Brasileiro, que retrata o perfil da mulher brasileira: a cada 15 segundos uma mulher é agredida, isto é, a cada dia 5.760 mulheres são espancadas no Brasil (DIAS, 2010, online)”.[[24]](#footnote-24)

Após 7 (sete) anos do nascimento da LMP, foram criadas políticas públicas em todas as capitais brasileiras, mas o interior continua sem assistência. A LMP é considerada pela ONU a 3ª (terceira) melhor lei do mundo, ainda assim, encontra dificuldades para desenvolver sua rede de apoio e atendimento à mulher vítima de violência de gênero..[[25]](#footnote-25)

Os apoios assistenciais, sociais e jurídicos elencados na Lei, não se tornaram inócuos e ineficientes, em razão de movimentos gerados para contensão da violência contra as mulheres que fomentaram lutas em prol da causa. A cobrança de políticas públicas norteadas pelas barreiras sociais avança o comprometimento do Estado em incrementar e executar as disposições preventivas de apoio elencadas no texto legal, abarcando projetos e ações que derrubem estatísticas crescentes de violência contra a mulher.[[26]](#footnote-26) Excluindo da convivência social casos emblemáticos como: Eliza Samúdio, Christina Gabrielsen, Sandra Gomide, Dorinha Duval, Angela Diniz e o caso do estupro coletivo em Queimadas na PB.

**4.2 DANO MORAL E A INDENIZAÇÃO**

Como mensurar um direito violado de vítimas atingidas em sua moral e/ou integridade física?

O Juiz de Direito André Gustavo C. de Andrade aponta danos morais no que se referem aos aspectos subjetivos da personalidade moral, dentro do qual se compreendem os seguintes bens personalíssimos: a) afeições legítimas; b) segurança pessoal e integridade física; c) intimidade; ..”.[[27]](#footnote-27)

O dano moral é, em verdade, um conceito em construção. A sua dimensão é a dos denominados direitos da personalidade, que são multifacetados, em razão da própria complexidade do homem e das relações sociais. (ANDRADE, André Gustavo C. de 2008, p. 38)

Quanto à responsabilidade por prejuízos advindos de atos jurisdicionais, ou seja, quando a culpa é do juiz, o assunto é controverso, recheado de divergências doutrinárias, buscando (ir)responsabilidades em afrontamentos de poder. Somente no que diz respeito a danos advindos de omissão, dolo ou fraude do juiz, a doutrina faz-se harmônica, no Código de Processo Civil (CPC) art. 133, responde o juiz por perdas e danos, de acordo com o diploma legal.

“Art. 133 – Responderá por perdas e danos o juiz, quando:

I – no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude;

II – recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício, ou a requerimento da parte.

Parágrafo Único – Reputar-se-ão verificadas as hipóteses previstas no nº II só depois que a parte, por intermédio do escrivão, requerer ao juiz que determine a providência e este não lhe atender o pedido dentro de 10 (dez) dias.

O dano moral não é suscetível de quantificação, o *quantum* indenizatório dependerá da extensão do prejuízo causado (art, 944 do CC), não esta prevista na “Lei Maria da penha”, essa interpretação deverá ser observada pelo magistrado e proporcionar à vítima o ressarcimento pela exposição a situações insatisfatórias, degradantes e humilhantes, que ofendem a dignidade da pessoa humana.

“Art. 944 - A indenização mede-se pela extensão do dano.

Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização”.

O dano moral foi conceituado por Ricardo Gariba Silva, da seguinte maneira:

***“***Danos morais são lesões sofridas pelo sujeito físico ou pessoa natural de direito em seu patrimônio ideal, entendendo-se por patrimônio ideal, em contraposição ao patrimônio material, o conjunto de tudo aquilo que não seja suscetível de valor econômico. Jamais afetam o patrimônio material, como o salienta Demogue. E para que facilmente os reconheçamos, basta que se atente, não para o bem sobre que incidiram, mas, sobretudo, para a natureza do prejuízo final. Seu elemento característico é a dor, tomado o termo em seu sentido amplo, abrangendo tanto os sofrimentos meramente físicos, quanto os morais propriamente ditos. Danos morais, pois, seriam, exemplificadamente, os decorrentes das ofensas à honra, ao decoro, à paz interior de cada qual, às crenças íntimas, aos sentimentos afetivos de qualquer espécie, à liberdade, à vida, à integridade corporal”.[[28]](#footnote-28)

As vítimas de crimes de violência de gênero (as sobreviventes) são merecedoras de tratamento psicológico e psiquiátrico gratuito, ministrados pelos entes federativos, competentes.

O ressarcimento de indenização por dano causado às vítimas e seus familiares, deveria ser efetivamente realizado pelo agressor, e o Estado pela omissão na ausência de métodos controladores e fiscalizadores de violência doméstica, no que tange a prevenção e execução de medidas protetivas.

O sofrimento não se apagará em razão de valores monetários estipulados pelo magistrado, mas atenuará a retomada do cotidiano. Muitas agressões não são registradas, deixam de fazer parte da base de dados estatísticos de órgãos oficiais, entende-se ser muito maior o número de mulheres agredidas. Denúncias não são representadas, e consequentemente deixam de ser contabilizadas pela omissão da mulher, além da cumplicidade velada de família e vizinhos A dependência financeira, afetiva ou ameaça efetuada pelo companheiro, posterga atos de denúncia, bem como renúncia de ações, entre outro fatores de recuo e prostração da vítima, e a inércia ao interesse de agir, todos esses delimitadores das ações femininas poderão ser convertidos em certidão de óbito.

**4.3 PREVENÇÃO**

A Lei Maria da Penha dispõe em seu artigo 8º e incisos da Lei 11.340/2006, medidas integradas de prevenção com objetivo de coibir a violência doméstica, as políticas públicas concomitantemente ao Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria, estão articuladas a órgãos assistenciais com liames à saúde, educação, trabalho e habitação unidas no interesse de proteger vítimas e seus familiares, do agressor.

Art. 8o  A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às conseqüências e à freqüência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no [inciso III do art. 1o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm#art1iii), no[inciso IV do art. 3o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm#art3iv) e no [inciso IV do art. 221 da Constituição Federal](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm#art221iv);

IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo

a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

A LMP também impõe ao agressor, obrigações para tentar conter a violência contra a mulher como aduz a Lei:

“I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei n**o** 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1**o**  As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2**o**  Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6**o** da Lei n**o** 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3**o**  Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4**o**  Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos §§ 5**o** e 6º do art. 461 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

Além dos atos jurisdicionais competentes exteriorizados pelas ações do juiz, autoridades policiais, assistência judiciária gratuita e Ministério Público, conta-se, ainda, quando necessário com a prisão preventiva do agressor decretada pelo juiz em qualquer tempo da fase do inquérito policial e da instrução criminal, art. 20 da LMP.

É cediço que as medidas supracitadas não são suficientes para conter a violência doméstica, a estrutura descrita em lei, é implantada de maneira pulverizada, pois não consegue alcançar, todas as regiões, concentrando-se nos grandes e médios centros urbanos. Para incrementar as ações expressas em lei, é necessário interesse político e gestores diligentes, para promoção das providências com intenção de torná-las acessíveis a todas as vítimas.

Em matéria de prevenção, é do estado do Espírito Santo a grande inovação, com intenção de extinguir com o título de grande campeão em mortes de mulheres no Brasil ANEXO IV, Relatório Final da CPMI. O Espírito Santo através do Tribunal de Justiça por iniciativa do presidente deste, Desembargador Pedro Valls Feu Rosa em parceria com a Juíza Hermínia Maria Silveira Azoury, adotou medidas preventivas de segurança, com o projeto denominado Dispositivo de Segurança Preventiva (DSP), mais conhecido como Botão do Pânico, em fase experimental, sua finalidade é proteger a mulher vítima de violência doméstica, que estão sob o amparo das medidas protetivas da Lei 11.340/2006, fiscalizando o cumprimento das condições determinadas pela justiça. O projeto é uma parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo , a Prefeitura Municipal de Vitória, e o Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva (INTP).[[29]](#footnote-29)

A G1.Globo.com, divulgou o pioneirismo em segurança preventiva em prol da ala feminina no Espírito Santo

## Caixinha preta é uma arma no combate à violência contra a mulher. Iniciativa ganhou o prêmio Innovare em 2013 e está ajudando a Justiça.

**“Botão do pânico**   
O botão do pânico é um dispositivo eletrônico de segurança preventiva que possui GPS e também gravação de áudio. No momento em que o botão é pressionado, disponibiliza um processo de escuta e a central de monitoramento recebe um chamado.

A Guarda Municipal da capital disponibilizará quatro viaturas para atenderem exclusivamente as demandas relacionadas à Lei Maria da Penha geradas por meio do dispositivo.

Dados oficiais do governo federal mostram que, a cada mês, 472 mulheres são assassinadas no Brasil, o que representa um homicídio a cada hora e meia. Com 11,24 mortes em cada grupo de 100 mil habitantes, o [**Espírito Santo**](http://g1.globo.com/topico/espirito-santo.html) é o estado mais violento do país. Em abril de 2013, o Dispositivo de Segurança Preventiva (DSP) foi distribuído pela primeira vez a 10 mulheres vítimas de violência doméstica no Espírito Santo.

Foi então que o desembargador Pedro Feu Rosa teve a ideia de implantar o botão do pânico. Em 2013, a iniciativa ganhou o prêmio Innovare, concedido a práticas inovadoras que modernizam a Justiça brasileira. “Nos chamava a atenção a vergonha de o Espírito Santo ser o último colocado no Brasil a nível de proteção das mulheres. Mulheres chegavam ao judiciário praticamente rasgando, jogando numa lata de lixo, o papel que continha a medida protetiva em função de que aquilo ali era nada mais, nada menos do que uma folha de papel. Não ia além disso”, afirmou.[[30]](#footnote-30)

O dispositivo tem por finalidade afastar o agressor da vítima, obrigando-o a cumprir as medidas impostas através de atos judiciais. Tornando claro ao ofensor que o Estado esta presente, policiando o cumprimento da ordem, prometendo uma justiça restaurativa.

# CONCLUSÃO

A bagagem histórica da humanidade contém ranços socioculturais, políticos e econômicos, que determinam a estrutura social e consequentemente interfere na instituição familiar.

São dos pequenos aos grandes núcleos vivenciais, que se aprende a socialização, que se ampliam laços e valores levados ao longo da vida do indivíduo, a experiência anterior é essencial e adotada à próxima etapa. Iniciando-se pela família, seguidos da igreja, escola e sociedade.

Assim, entende-se que o Estado deveria responsabilizar-se em proteger de forma efetiva à família, esta é a base de toda a ordem social, esta instituição quando desestruturada desmonta ações governamentais bem elaboradas, de progresso social, impede o desenvolvimento de mecanismos e prevenção, que reunidos apresentam suporte ao crescimento individual e coletivo.

Uma parceria entre os três poderes públicos constituíra um liame interativo para coibir a violência, buscando atingir a base do problema, as fases iniciais de vida do ser humano, para vislumbrar em longo prazo, à supressão de condutas violentas, e sufocando-as em razão do bem estar social.

A família deve contar com ações do Estado para manter sua estrutura através da segurança, saúde, habitação, emprego e educação. Os investimentos devem concorrer para construções, reestruturações e manutenções de escolas públicas, bem como injeção de recursos em seu corpo docente, com finalidade de humanização do corpo discente, contando com disposição de disciplinas na grade curricular contendo valores principiológicos de cidadania, respeito ao próximo, educação benevolente; sociável, e moralidade que atendam a função de “repressão” de atos violentos, que atualmente iniciam em salas de aula. Não esquecendo as escolas privadas, que deveriam ter incentivos fiscais para incrementar suas atividades escolares seguindo regime educacional elaborado pelo Estado, no tocante ao tema específico, sem descaracterizar seu regimento institucional privado.

Informações didáticas colaborativas devem ser aplicadas através de campanhas dinâmicas e ilustrativas com palestras temáticas dirigidas ao público alvo, mas adaptando a linguagem utilizada para tal ao ambiente que se quer atingir, alcançando comunidades em todos os níveis sociais, contando com orientações de profissionais da área, além de serviços de acompanhamento e conscientização aos agressores, impostos por autoridades jurisdicionais.

O sustentáculo desta incrementação envolveria toda a estrutura executiva, legislativa e judiciária para produção de ações nas áreas sociais e de políticas públicas continuadas.

Hodiernamente o panorama atual brasileiro deve ser revisado para dirimir atitudes jurisdicionais e administrativas com aspectos de impunidade.

O país em suas dimensões continentais concentra suas atividades organizacionais nos grandes e médios centros urbanos. Em contrapartida os rincões inacessíveis limitam-se as irrisórias distribuições e aplicações de recursos ao combate à violência de gênero. E conservam-se distantes de todos os aparatos que abrangem um conjunto assistencial de medidas protetivas as vítimas de violência de doméstica, que em regra se encontram encapsuladas ou subtraídas pelas tradições locais. Por fim, esbarra na inexistência de pessoal especializado e proativo criando obstáculo que impede a otimização e dinamização de pontos, ainda não decodificados pelos nossos legisladores e profissionais que atuam na área, todos esses fatores engessam o sistema e oferecem resultados improdutivos.

Considerando, ainda, que as vítimas de violência doméstica não são contempladas com indenizações devidas, nem tampouco seus familiares atingidos são assistidos pelo Estado, salienta-se que esta causa concorre em ordem nacional, em virtude de nichos jurídicos que emergem na intenção de nocautear discernimentos basilares da legislação, chacoalhando a simetria axiomática legal.

As recorrentes sessões de violência de gênero advindas de distúrbios familiares oferecem discussões incessantes sobre o tema, são conteúdos dramáticos de relações pessoais afetivas e sociais complexas que recaem no âmbito familiar. Para tentar sanear esse problema, deve-se criar o acesso às crianças em fase escolar e conscientizá-las para a devida adequação do comportamento ante a vida social, oferecendo o bem-estar do interesse individual e coletivo, objetivando uma reação em consonância com o ordenamento jurídico.

O aprendizado em tenra idade edificará os traços psicológicos, morais e distintivos de um cidadão, que contribuirá para o futuro do país de forma harmônica. Pois não só a mulher é a principal atingida nesse ritual de intolerância gratuita, ou de forma pretensiosa definir como misoginia toda essa atitude masculina em relação à classe feminina. No entanto, os filhos igualmente sofrem de forma direta, tornam-se vítimas e provavelmente farão vítimas, da inconsequente atitude de pais violentos em cumplicidade com o descaso do Estado.

# 

# REFERÊNCIAS

ANGHER, Anne Joyce. Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel. 11ª. ed. São Paulo : Rideel, 2010.

## ARAÚJO, Marcela Cardoso Schütz de, ARAÚJO; SCHÜTZ Hebert Mendes de Araújo; DIAS Fernanda Martins. A aplicabilidade da Lei Maria da Penha na proteção da violência contra a mulher. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11065&revista_caderno=3>. Acesso: 24/11/2014, 14:31.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Responsabilidade extracontratual do Estado por comportamentos administrativos, RT, 552/11-20. Apud GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito Civil Brasileiro 4, 5ª ed. São Paulo : Saraiva, 2010, p. 156/157.

BANDEIRA DE MELLO, Oswaldo Aranha. Princípios gerais de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense. V. 2. Apud GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito Civil Brasileiro 4, 5ª ed. São Paulo : Saraiva, 2010, p. 157.

BRASIL, Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso atualizado: 2/11/2014 15:31.

BUSNELLO, Saul J.; PASQUALINI, Vitor H. Fichário Jurídico, Responsabilidade Civil subjetiva do advogado profissional liberal. Revista Prática Jurídica. Ano XI, p. 31-35, nº 119 – Brasília : Consulex, fev. 2012.

CARVALHO FILHO, José dos Santos, Manual de direito administrativo. 26. ed. rev., ampl. e atual. até 31-12-2012 – São Paulo : Atlas, 2013.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de reponsabilidade civil. 11ª ed. ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo : Atlas, 2014.

CARVALHO, Pablo. [Medidas protetivas no âmbito da Lei Maria da Penha e sua real eficácia na atualiadade](http://jus.com.br/artigos/29229/medidas-protetivas-no-ambito-da-lei-maria-da-penha-e-sua-real-eficacia-na-atualiadade). **Jus Navigandi**, Teresina, [ano 19](http://jus.com.br/revista/edicoes/2014), [n. 4064](http://jus.com.br/revista/edicoes/2014/8/17), [17](http://jus.com.br/revista/edicoes/2014/8/17) [ago.](http://jus.com.br/revista/edicoes/2014/8) [2014](http://jus.com.br/revista/edicoes/2014). Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/29229>. Acesso em: 27 nov. 2014 21:08

DECISÃO É DA 6ª TURMA DO STJ**,** Descumprimento de medida protetiva da lei Maria da Penha não configura crime de desobediência,

Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI198846,21048-Descumprimento+de+medida+protetiva+da+lei+Maria+da+Penha+nao>.Postado:quarta-feira, 9 de abril de 2014. Acesso: 25/11/2014, 15:37.

DICIONÁRIO ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA, Academia Brasileira de Letras. 2ª ed. – São Paulo : Companhia Editora Nacional, 2008.

DINIZ, Maria Helena, Responsabilidade civil. São Paulo : Saraiva, 1984 e 2002, Apude GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito Civil Brasileiro 4, 5ª ed. São Paulo : Saraiva, 2010, p.157.

FIGUEIREDO, Fábio V.; GIANCOLI, Brunno Pandori. Direito Civil 1, Coordenação Geral Fábio Vieira Figueiredo, Fernando F. Catellani, Marcelo Tadeu Cometti. – São Paulo : Saraiva, 2009. (Coleção OAB Nacional 1ª Fase).

FURTADO, Francisco Américo Ferreira, Responsabilidade Omissiva do Estado, Guarapari, 2009, 31 p. (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdades Unificadas Doctum – Guarapari , para obtenção do título de bacharel em Direito.

GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito Civil Brasileiro 4, 5ª ed. São Paulo : Saraiva, 2010.

<http://academico.direitorio.fgv.br/wiki/Jurisprud%C3%AAncia_STF>, Apud GONÇALVES, Carlos R., Direito Civil Brasileiro 4, 5ª ed. São Paulo : Saraiva, 2010, p. 149. Acesso disponível: 22/11/201.

LASSALLE, Ferdinand. Que é uma Constituição? Os Fatores do Poder e as Instituições Jurídicas. A Folha de Papel Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/constituicaol.html>. Acesso 26/11/2014 09:30

MAIA NETO, Cândido Furtado. Fichário Jurídico Know How, Crimes Contra os Direitos Humanos – Competência Interna Valor da Cláusula Federal. Revista Prática Jurídica. Ano XII, p. 10-15, nº 133 – Brasília : Consulex, abril. 2013.

MARQUES, Joana Roberta Gomes, Fichário Jurídico. Quanto custa o direito violado quando a moral é atingida?. Revista Prática Jurídica. Ano XIII, p. 52 -54, nº 151 – Brasília : Consulex, 30 de outubro de 2014.

MAZZA, Alexandre, Direito Administrativo 8, Coordenação Geral Fábio Vieira Figueiredo, Fernando F. Catellani, Marcelo Tadeu Cometti. 4ª ed. – São Paulo : Saraiva, 2012. (Coleção OAB Nacional 1ª Fase).

OLIVEIRA, Leonardo Luis, Primeira Página, Lei Maria da Penha em namoros e uniões homoafetivas. Revista Prática Jurídica. Ano XI, p. 5, nº 120 – Brasília : Consulex, março. 2012.

OLIVEIRA, Luiz Gustavo C. de, Pós graduado em Direito Civil e Processo Civil com Ênfase em Direito do Consumidor (Universidade Castelo Branco), Graduado em Direito (Universidade Salgado de Oliveira) e Advogado. Disponível em: [www.ambito-jurídico.com.br/site/?n\_link=revista\_artigos\_leitura&artigo\_id=10240](http://www.ambito-jurídico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10240). Acesso: 22/11/2014,16:32.

PORTAL CNJ. Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/pj-lei-maria-da-penha/lei-maria-da-penha>. Acesso: 27/11/2014 19:52.

PORTAL FÓRUM. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2013/09/feminicidios-Brasil.jpg> Postado setembro 25, 2013 16:12. Acesso em 25/11/2014 18:20.

SARRES,Carolina, da [AGÊNCIA BRASIL](http://agenciabrasil.ebc.com.br/). Lei Maria da Penha não reduz mortes de mulheres, diz Ipea. Disponível em:

<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/lei-maria-da-penha-nao-reduz-mortes-de-mulheres-diz-ipea>, postado em 25/09/2013. Acesso: 25/11/2014.

SOUZA, Manoel Messias de. Especial. Por que as pessoas praticam crimes no Brasil? De quem é a culpa? Uma reflexão crítica. Revista Prática Jurídica. Ano XI, p. 26-38, nº 121 – Brasília : Consulex, 30 de abril de 2012.

TELLES, Antônio Queiroz, Introdução ao direito administrativo, p. 409. Apud CARVALHO FILHO, José dos S. Manual de Direito Administrativo, 26. ed. rev.,

ampl. e atual. Até 31-12-2012. – São Paulo: Atlas, 2013, p. 457.

VENOSA, Sílvio de Salvo, Direito Civil: Responsabilidade Civil. 14. Ed. – São Paulo : Atlas, 2014 – (Coleção direito civil; v. 4)

# 

# ANEXOS I

**TRATAMENTOS JURISPRUDENCIAIS**

**E**

**RELATÓRIOS**

**EXEMPLO I**

**TRATAMENTO JURISPRUDENCIAL NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**“DECISÃO:** O **presente** recurso extraordinário **foi interposto** contra decisão, que, **confirmada**,em sede de embargos de declaração (**fls. 609/618**), pelo E. Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, **acha-se consubstanciada** em acórdão assim ementado (**fls. 584**):

“*AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS – TUTELA ANTECIPADA – VERBAS ALIMENTARES – PRECLUSÃO – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – MORTE – POLICIAL MILITAR – DISPARO DE ARMA DE FOGO PERTENCENTE À CORPORAÇÃO – AGENTE PÚBLICO – NÃO COMPROVAÇÃO DESSA QUALIDADE NO MOMENTO DO CRIME – PREQUESTIONAMENTO – MATÉRIA SUFICIENTEMENTE DEBATIDA – RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.*

*.......................................................................................................*

*Não há falar em responsabilidade objetiva do Estado se não restar demonstrado que o policial militar autor dos disparos se encontrava na qualidade de agente público.*

*Se a questão já foi suficientemente debatida, é desnecessária a manifestação expressa do acórdão sobre dispositivos legais.*”

A parte ora recorrente, **ao deduzir** o apelo extremo em questão, **sustenta** que o Tribunal “*a quo*” **teria** **transgredido** o preceito inscrito no art. 37, **§ 6º**, da Constituição da República.

**O exame** destes autos **convence-me** de que assiste **plena** razão à parte recorrente, **quando observa que se acham presentes**, na espécie, **todos os elementos configuradores** da responsabilidade civil objetiva do Poder Público.

**Com efeito**,a situação de fato **que gerou** o trágico evento narrado neste processo – a **morte** de um **inocente causada** por disparo efetuado **com arma de fogo** pertencente à Polícia Militar do Estado do Mato Grosso do Sul **e manejada por integrante** dessa corporação - **põe em evidência** **a configuração**, no caso, **de** **todos os pressupostos primários determinadores** do reconhecimento da responsabilidade civil objetiva da entidade estatal ora recorrida.

**Sabemos que a** **teoria do risco administrativo**, consagrada em **sucessivos** documentos constitucionais brasileiros, **desde a Carta Política de 1946**, revela-se fundamento de ordem doutrinária **subjacente** à norma de direito positivo **que instituiu**, em nosso sistema jurídico, a **responsabilidade civil objetiva** do Poder Público, pelos danos que seus agentes, **nessa** **qualidade**, causarem a terceiros, por ação ou por omissão (**CF**, art. 37, § 6º).

**Essa concepção teórica** - que informa o princípio constitucional da responsabilidade civil **objetiva** do Poder Público - **faz emergir**, da mera ocorrência de lesão causada à vítima pelo Estado, **o dever de indenizá-la** pelo dano pessoal **e/ou** patrimonial sofrido, **independentemente** **de caracterização de culpa** dos agentes estatais **ou** de demonstração de falta do serviço público, **consoante enfatiza o magistério da doutrina** (HELY LOPES MEIRELLES, “**Direito Administrativo Brasileiro**”, p. 650, 31ª ed., 2005, Malheiros; SERGIO CAVALIERI FILHO, “**Programa de Responsabilidade Civil**”, p. 248, 5ª ed., 2003, Malheiros; JOSÉ CRETELLA JÚNIOR, “**Curso de Direito Administrativo**”, p. 90, 17ª ed., 2000, Forense; YUSSEF SAID CAHALI, “**Responsabilidade Civil do Estado**”, p. 40, 2ª ed., 1996, Malheiros; TOSHIO MUKAI, “**Direito Administrativo Sistematizado**”, p. 528, 1999, Saraiva; CELSO RIBEIRO BASTOS, “**Curso de Direito Administrativo**”, p. 213, 5ª ed., 2001, Saraiva; GUILHERME COUTO DE CASTRO, “**A Responsabilidade Civil Objetiva no Direito Brasileiro**”, p. 61/62, 3ª ed., 2000, Forense; MÔNICA NICIDA GARCIA, “**Responsabilidade do Agente Público**”, p. 199/200, 2004, Fórum; ODETE MEDAUAR, “**Direito Administrativo Moderno**”, p. 430, item n. 17.3, 9ª ed., 2005, RT, *v.g.*).

**É certo**, no entanto,que o princípio da responsabilidade objetiva **não se reveste** de caráter absoluto, **eis que admite abrandamento** e, **até mesmo**, exclusão da própria responsabilidade civil do Estado **nas hipóteses excepcionais** configuradoras de situações liberatórias - **como o caso fortuito e a força maior** - ou evidenciadoras de ocorrência de culpa atribuível à própria vítima (**RDA** 137/233 – **RTJ** 55/50 – **RTJ** 163/1107- -1109, *v.g.*).”[[31]](#footnote-31)

**EXEMPLO II**

**TRATAMENTO JURISPRUDENCIAL NO ÂMBITO DO SUPREMO TRIBUNAL**

**JUSTIÇA**

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.374.653 - MG (2013⁄0105718-0)**

**RELATÓRIO**

O EXMO. SR. MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR: Trata-se de recurso especial interposto por Geraldo Magela Martins, com fundamento na alínea *c*do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferido na Apelação Criminal n. 1.0223.12.000006-0⁄001 (fls. 221⁄226):

APELAÇÃO CRIMINAL -DESOBEDIÊNCIA NO ÂMBITO DOMÉSTICO -ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA - DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO - ATIPICIDADE - NÃO CABIMENTO - RECURSO PROVIDO.  I - O agente que tem ciência de ordem judicial para se manter a distância da vítima, e dela se aproxima, descumprindo medidas protetivas deferidas no âmbito doméstico, comete o crime previsto no art. 330 do Código Penal. II - Não preenchendo o réu, neste momento, os requisitos para o reconhecimento da atipicidade de conduta, o que poderia levá-lo à absolvição sumária, deve-se proceder à instrução do processo.

No presente recurso (fls. 233⁄243), alega-se, em síntese, divergência jurisprudencial no que diz respeito à configuração do crime de desobediência na hipótese de descumprimento de medida protetiva prevista na Lei Maria da Penha.

Oferecidas contrarrazões (fls. 261⁄265), o recurso foi admitido na origem (fl. 267).

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento e, se conhecido, pelo não provimento do recurso (fls. 281⁄283).

É o relatório.

RECURSO ESPECIAL Nº 1.374.653 - MG (2013⁄0105718-0)

VOTO

O EXM O. SR. MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR (RELATOR): A pretensão recursal direciona-se ao reconhecimento da não configuração do  crime previsto no art. 330 do Código Penal, em caso de descumprimento de medida protetiva de urgência prevista no art. 22 da Lei n. 11.340⁄2006.

Assiste razão ao recorrente, senão vejamos:

O mencionado crime consiste em *desobedecer a ordem legal de funcionário público*.

Comentando o tipo penal em questão, Nelson Hungria afirma o seguinte:*se, pela desobediência de tal ou qual ordem oficial, alguma lei comina determinada penalidade administrativa ou civil, não se deverá reconhecer o crime em exame, salvo se a dita lei ressalvar expressamente a cumulativa aplicação do art. 330*(*Comentários ao Código Penal - Vol. IX*, Rio de Janeiro: Revista Forense, 1958, pág. 417).

A jurisprudência desta Corte Superior trilha o mesmo caminho:

[...]

As determinações cujo cumprimento for assegurado por sanções de natureza civil, processual civil ou administrativa, retiram a tipicidade do delito de desobediência, salvo se houver ressalva expressa da lei quanto à possibilidade de aplicação cumulativa do art. 330, do CP.

[...]

(HC n. 16.940⁄DF, Ministro Jorge Scartezzini, Quinta Turma, DJ 18⁄11⁄2002)

Isso posto, por duas razões, deve ser acolhida a insurgência:

A primeira delas diz respeito à previsão constante no art. 22, § 4º, da Lei n. 11.340⁄2006, de acordo com a qual se aplica às medidas protetivas, *no que couber, o disposto no caput e nos §§ 5º e 6º do art. 461 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil)*.

Ou seja, para o caso de descumprimento de medida protetiva, pode o juiz fixar providência com o objetivo de alcançar a tutela específica da obrigação.

Foi o que fez o Juízo de primeira instância no presente caso, ao determinar que, *caso ocorra o descumprimento de quaisquer das medidas aplicadas, ser-lhe-á aplicada multa diária, conforme disposto no § 4º, do art. 22 da Lei 11.340⁄2006, no valor de R$ 100,00 (cem reais)*– fl. 32.

É perfeitamente aplicável, por conseguinte, o entendimento segundo o qual, *se o juiz comina pena pecuniária para o descumprimento de preceito judicial, a parte que desafia tal ameaça não comete o crime de desobediência*(HC n. 37.279⁄MG, Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, DJ 25⁄10⁄2004).

Em igual sentido, já se manifestou a Suprema Corte:

[...]

Não configura crime de desobediência o comportamento da pessoa que, suposto desatenda a ordem judicial que lhe é dirigida, se sujeita, com isso, ao pagamento de multa cominada com a finalidade de a compelir ao cumprimento do preceito.

[...]

(HC n. 88.572, Ministro Cezar Peluso, Segunda Turma, DJ 8⁄9⁄2006)

Conclusão: se for cominada, com fulcro no art. 22, § 4º, da Lei n. 11.340⁄2006, sanção pecuniária para o caso de inexecução de medida protetiva de urgência, o descumprimento não enseja a prática do crime de desobediência.

A segunda razão consiste em questionar se o afastamento do crime dedesobediência apenas ocorre em caso de previsão legal de penalidade administrativa ou civil, ou se também decorre da previsão de penalidade de cunho processual penal. Parece-me que a melhor solução está, efetivamente, em estender a hipótese de exclusão do crime.

Em sentido similar, manifesta-se Guilherme de Souza Nucci pela exclusão de tal crime em caso de descumprimento das condições impostas na suspensão condicional do processo, *pois a consequência para isso é a revogação do benefício*(*Código Penal Comentado.*13ª ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013, pág. 1.212).

Tal tese, inclusive, já foi adotada por este Superior Tribunal e pelo Supremo Tribunal Federal, tratando da hipótese de transação penal, conforme os precedentes respectivamente transcritos:

[...]

1. O descumprimento da transação penal, em razão dos efeitos da coisa julgada material e formal do acordo, não permite o oferecimento de denúncia por parte do ministério público e, muito menos, rende ensejo ao crime de desobediência.

[...]

(HC n. 97.642⁄ES, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 23⁄8⁄2010)

[...]

A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que o descumprimento da transação penal a que alude o art. 76 da Lei nº 9.099⁄95 gera a submissão do processo ao seu estado anterior, oportunizando-se ao Ministério Público a propositura da ação penal e ao Juízo o recebimento da peça acusatória.Não há que se cogitar, portanto, da propositura de nova ação criminal, desta feita por ofensa ao art. 330 do CP. Ordem concedida para determinar o trancamento da ação penal pelo crime de desobediência.

(HC n. 84.976, Ministro Carlos Britto, Primeira Turma, DJ 23⁄3⁄2007)

Não parece haver razão, portanto, para se entender de maneira distinta quando o descumprimento da medida protetiva der ensejo à prisão preventiva, nos termos do art. 313, III, do Código de Processo Penal, *in verbis* (grifo nosso):

Art. 313. Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva:

[...]

III - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência;

Com efeito, onde há a mesma razão, aplica-se o mesmo direito (*ubi eadem ratio, ubi idem ius*), de sorte que, se o caso admitir a decretação da prisão preventiva com base no art. 313, III, do Código de Processo Penal, não há falar em crime de desobediência*.*

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para restabelecer a absolvição do recorrente, operada em primeira instância, quanto ao crime previsto no art. 330 do Código Penal.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Documento: 34014229 | RELATÓRIO E VOTO |  |

# ANEXOS II

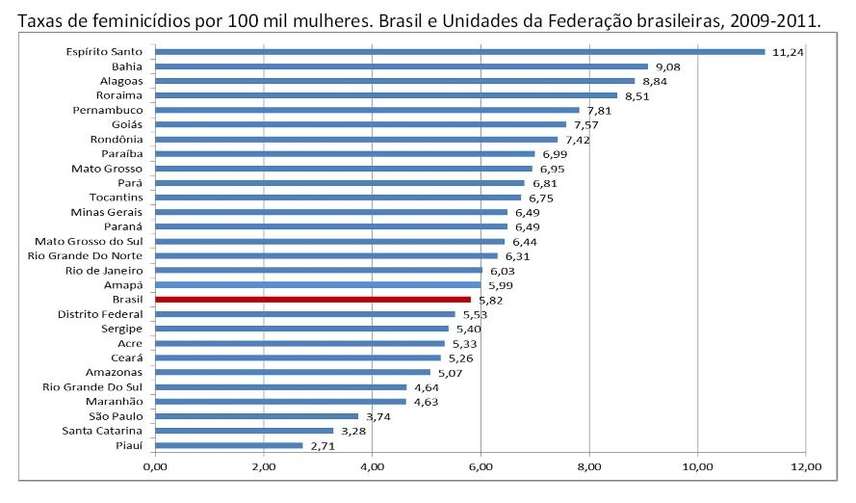
**GRÁFICOS E TABELAS**

**Quadro I**

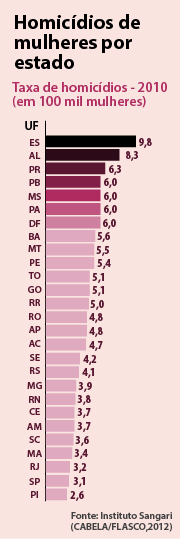
|  |  |
| --- | --- |
| Estado | Taxa de feminicídios por 100 mil mulheres |
| Piauí | 2,71 |
| Santa Catarina | 3,28 |
| São Paulo | 3,74 |
| Maranhão | 4,63 |
| Rio Grande do Sul | 4,64 |
| Amazonas | 5,07 |
| Ceará | 5,26 |
| Acre | 5,33 |
| Sergipe | 5,4 |
| Distrito Federal | 5,53 |
| Amapá | 5,99 |
| Rio de Janeiro | 6,03 |
| Rio Grande do Norte | 6,31 |
| Mato Grosso do Sul | 6,44 |
| Paraná | 6,49 |
| Minas Gerais | 6,49 |
| Tocantins | 6,75 |
| Pará | 6,81 |
| Mato Grosso | 6,95 |
| Paraíba | 6,99 |
| Rondônia | 7,42 |
| Goiás | 7,57 |
| Pernambuco | 7,81 |
| Roraima | 8,51 |
| Alagoas | 8,84 |
| Bahia | 9,08 |
| Espírito Santo | 11,24 |
| BRASIL | 5,82 |

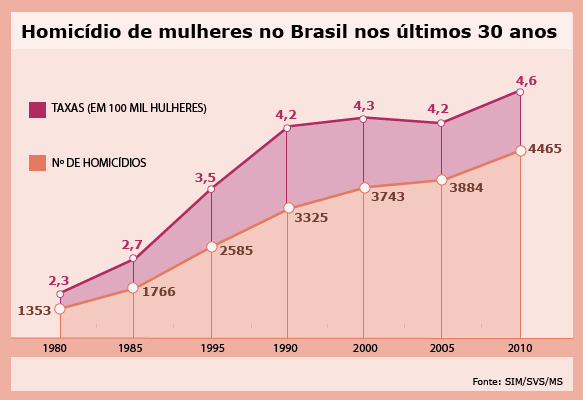
Fonte: IPEA – Dados referentes ao período de 2001 a 2011

**Quadro II**

Fonte: Portal Fórum

OBS: Taxa de mortes por violência doméstica no Estado do Espírito Santo é bem acima da média brasileira

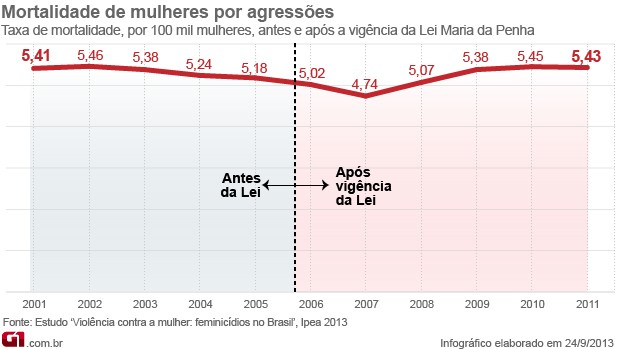
**Quadro III** - Demonstrativo da taxa de homicídio de mulheres por estado no ano de 2010.

**Quadro IV** - Demonstrativo da taxa de homicídio de mulheres por no Brasil no ano de 2010.

**Reportagem - Idhelene Macedo  
Edição - Marcelo Oliveira  
A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura '**[Agência Câmara Notícias](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias)**'**

25/09/2013 10h17 - Atualizado em 25/09/2013 10h17

**Quadro V**



**ANEXO III**

**PUBLICAÇÕES**

# EXEMPLO I

# CNJ afasta juiz que fez declarações machistas

[Salvar](http://fenasj.jusbrasil.com.br/noticias/2466950/cnj-afasta-juiz-que-fez-declaracoes-machistas) • [0 comentários](http://fenasj.jusbrasil.com.br/noticias/2466950/cnj-afasta-juiz-que-fez-declaracoes-machistas#comments) • [Imprimir](http://fenasj.jusbrasil.com.br/noticias/2466950/cnj-afasta-juiz-que-fez-declaracoes-machistas?print=true) • [Reportar](http://fenasj.jusbrasil.com.br/noticias/2466950/cnj-afasta-juiz-que-fez-declaracoes-machistas)

Publicado por [Federação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário dos Estados e Distrito Federal](http://fenasj.jusbrasil.com.br/)(extraído pelo JusBrasil) - 4 anos atrás

Acesso: 28/11/2014 18:50

CNJ afasta juiz que fez declarações machistas

O Conselho Nacional de Justiça aprovou, nesta terça-feira (9/11), por 9 votos a 6, a disponibilidade compulsória do juiz Edilson Rodrigues, da Comarca de Sete Lagoas (MG). Em uma sentença dada, em 2007, em processo que tratava de violência contra a mulher, ele utilizou declarações machistas para criticar a [Lei Maria da Penha](http://www.jusbrasil.com/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06). O juiz afirmou, por exemplo, que "o mundo é masculino e assim deve permanecer". E também manifestou a mesma posição em seu blog na internet e em entrevistas à imprensa.

A decisão do CNJ, passível de recurso ao Supremo Tribunal Federal, determina que o juiz de Sete Lagoas fique afastado do exercício da função por dois anos. Após esse período poderá solicitar, ao CNJ, o retorno à magistratura.

Além dos 9 conselheiros que decidiram pela disponibilidade, os outros seis votaram pela censura ao juiz e por um teste para aferir sua sanidade mental.

A disponibilidade foi proposta no voto do relator do Procedimento Administrativo Disciplinar, conselheiro Marcelo Neves. Para ele, esse tipo de conduta é incompatível com o exercício da magistratura.

O caso

Tudo começou quando o juiz disse que a [Lei Maria da Penha](http://www.jusbrasil.com/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06) tem "regras diabólicas" e que as "desgraças humanas começaram por causa da mulher", além de outras frases igualmente polêmicas. Na ocasião, ele declarou à imprensa que combate o feminismo exagerado, como está previsto em parte da [Lei Maria da Penha](http://www.jusbrasil.com/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06). Para ele, esta legislação tentou "compensar um passivo feminino histórico, com algumas disposições de caráter vingativo".

O CNJ abriu Processo Administrativo Disciplinar depois que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais arquivou o caso. Na nota, na época, ele disse que "as severas investidas" contra o teor da sentença "se têm fixado, fundamentalmente, na falsa e equivocada idéia de que somos contra a severa penalização do agressor no âmbito doméstico-familiar; na falsa e equivocada idéia de que temos uma visão machista da relação homem-mulher e na falsa e equivocada idéia de que somos contra o desenvolvimento da mulher enquanto ser social. Na verdade não é nada disso!" .

Segundo ele, "o que disse foi que hipócrita e demagógica sim é a falsa igualdade que tem sido imposta às mulheres, que, em verdade, vêm sendo constantemente usadas nos discursos políticos de campanha".

O juiz não poupou citações para perguntar: "tivesse eu me valido de poetas como Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto ou Guimarães Rosa ou se tivesse me auxiliado de filósofos como Sócrates, Platão, Aristóteles, Kant, dentre outros, nesta parte talvez não estaria também sendo criticado! Porque então não posso - ainda que uma vez na vida outra na morte - citar Jesus, se é Ele o poeta dos poetas e o filósofo dos filósofos?". Ainda na nota, ele explicou que considerou a lei inconstitucional por tratar apenas da mulher e ignorar a condição doméstica do homem.

Leia a nota divulgada na ocasião

Juiz fala sobre processo administrativo no CNJ

O juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da comarca de Sete Lagoas, falou hoje à Assessoria de Comunicação Institucional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) a respeito da decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de abrir processo administrativo contra ele.

"Antes, o ataque era por excesso de linguagem. Comprovadamente e juridicamente, penso que não houve excesso de linguagem, porque eu não ofendi a parte e nem a quem quer que seja. Eu me insurgi contra uma lei em tese, e mesmo assim, parte dela. Agora, acusam-me de preconceito. Não fizemos nenhuma defesa nesse sentido, mas o faremos e, se Deus quiser, vamos provar e fazer ver aos ilustres conselheiros do CNJ que eles estão equivocados, que não é justa a acusação e a pecha de preconceituoso, porque buscaremos provar que nosso comportamento pessoal, institucional e social é fundamental e marcadamente humanista, portanto avesso a preconceito. E mais: talvez nenhum homem neste mundo deseje tanto a igualdade entre homens e mulheres, mas naquilo em que são iguais. Tanto que a violência física, a violência sexual e a violência psicológica praticadas mediante ameaça sempre foram tenazmente combatidas por este magistrado. Mas não vou desigualar homens e mulheres naquilo em que são rigorosamente iguais, ou seja, nas demais espécies de violência que um pratica contra o outro sem qualquer diferença.

Combato, assim, o feminismo exagerado - consubstanciado em parte da [Lei Maria da Penha](http://www.jusbrasil.com/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06) - e que dela se aproveitou para buscar compensar um passivo feminino histórico, com algumas disposições de caráter vingativo. Combato um feminismo exagerado, que negligencia a função paterna, que quer igualdade sim, mas fazendo questão de serem mantidas intactas todas as benesses da feminilidade. Eu não defendo, pois, o homem, eu defendo a função paterna!

Se há quem veja preconceito em nossas decisões, há também quem não veja, e compreenda e concorde. Portanto, com toda essa polêmica, como se pode pensar em punir um magistrado por expressar a sua visão sobre assunto tão polêmico e inclusive expressado com fundamentação jurídica?

Se eu voltasse atrás num único pensamento expressado em quaisquer de nossas decisões, eu o estaria fazendo por mera covardia, apenas para tentar me livrar da angústia desse embate. E covardia, talvez, seja o único defeito que magistrado algum pode se dar ao luxo de ter.

É bom que investiguem, mas com isenção, sem paixões, e verão que somos extremamente sensíveis ao sofrimento de quem quer que nos procure - homens ou mulheres, negros ou brancos, ricos ou pobres.

E retirem a expressão Deus' do preâmbulo de nossa [Constituição Federal](http://www.jusbrasil.com/legislacao/1027008/constitui%C3%A7%C3%A3o-da-republica-federativa-do-brasil-1988), e eu rasgo todas as minhas decisões, no que se referem aos combatidos pré-fundamentos." Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ

PAD 0005370-72.2009.2.00.0000

Revista Consultor Jurídico

**EXEMPLO II**

# Brasil: 7º lugar no massacre das mulheres

**17/dez/2012**

**Se os países avançados e com boa educação ocupam as últimas posições, isso constitui um sinal evidente de que a educação tem tudo a ver com a questão da violência de gênero. Não basta que o país seja apenas economicamente forte.**

Por[***Luiz Flávio Gomes***](http://www.direitonet.com.br/artigos/perfil/exibir/150165/Luiz-Flavio-Gomes)

Em termos mundiais o Brasil ocupa o 7° lugar entre os países que possuem o maior número de mulheres mortas, num universo de 84 países (Mapa da Violência, 2012). Na frente do Brasil estão: El Salvador, Trinidad y Tobago, Guatemala, Rússia, Colômbia e Belize. Os países economicamente fortes e educados ocupam as últimas posições. Brasil e Rússia, dos dez países mais ricos do mundo, são os únicos que estão no Top 7. Uma vergonha para os dois.

Se os países avançados e com boa educação ocupam as última s posições, isso constitui um sinal evidente de que a educação tem tudo a ver com a questão da violência de gênero. Não basta que o país seja apenas economicamente forte. Ser rico não basta. Alguém pode ser rico, mas ignorante. É preciso ser rico e bem educado para se alterar o quadro de violência contra as mulheres.

De 1980 até hoje 100 mil mulheres foram brutalmente assassinadas no Brasil (institutoavantebrasil.com.br). O aumento médio anual de 1980 a 2010 foi de 4,32%; na década de 2001-2010 o incremento foi de 1,85%. De 1353 mortes em 1980 passamos para 4.465 em 2010. Devemos fechar 2012 com 4.632 óbitos femininos intencionais. O incremento nas mortes das mulheres é praticamente o mesmo das mortes dos homens. Isso significa que ainda somos muito violentos.

As estatísticas demonstram (Instituto Patrícia Galvão, por exemplo) que pelo menos 70% dos assassinatos de mulheres são praticados por maridos ou ex-maridos, namorados ou ex-namorados, noivos ou ex-noivos, companheiros ou ex-companheiros. Aqui se pode vislumbrar a violência de gênero, ou seja, o sujeito mata a mulher por razões machistas, por achar que ela é de sua propriedade.

Muitos homens se comportam frente às mulheres como o assaltante se posta frente ao assaltado: puro poder fático, que cria uma situação de subordinação, na base da força. A violência machista é fruto da ignorância, porque quanto mais evoluído educativamente o país, menos mulheres morrem.

Espanha é um excelente exemplo disso: menos de 60 mortes por ano com uma população de cerca de 44 milhões de pessoas. A quantidade de ONGs que defendem as mulheres neste País é impressionante. A conscientização da população é maior. O ato de agredir uma mulher é cada vez mais censurado, sobretudo quando se trata de agressão da presença de crianças. Não existe mudança de cultura que não seja pela educação, que é a solução final para o problema. Enquanto isso não acontece, devemos lutar pelo aprimoramento das medidas protetivas da lei, pela assistência à mulher maltratada, pela eficácia das sanções etc.

**ANEXO IV**

**RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO**

**PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO**

1. MONTEIRO Washington de B. 2007, p. 6, Apud Busnelle, Saul José e Pasqualini, Vitor Hugo, Prática Jurídica – ano XI – nº 119 – fevereiro/2012 , p. 31 [↑](#footnote-ref-1)
2. Busnelle, Saul José e Pasqualini, Vitor Hugo, Prática Jurídica – ano XI – nº 119 – fevereiro/2012. [↑](#footnote-ref-2)
3. SAVATIER, René. Traité de la responsabilité civile. Paris: LGDJ, 1939, t. I, p. X, Apud Cavalieri Filho, Sergio Programa de Responsabilidade Civil, p. 3. [↑](#footnote-ref-3)
4. CAVALIERI FILHO, Sergio Programa de Responsabilidade Civil, p. 14 [↑](#footnote-ref-4)
5. TELLES, ANTONIO Q., Introdução ao direito administrativo, p. 409. Apud Carvalho Filho, José dos S. 2013, p. 547. [↑](#footnote-ref-5)
6. www.ambito-jurídico.com.br, OLIVEIRA, Luiz Gustavo C. de, Pós graduado em Direito Civil e Processo Civil com Ênfase em Direito do Consumidor (Universidade Castelo Branco), Graduado em Direito (Universidade Salgado de Oliveira) e Advogado [↑](#footnote-ref-6)
7. ITURRASPE, Jorge Mosset, Responsabilidad Civil, p. 29-30. Apud GONÇALVES, Carlos R., Direito Civil Brasileiro 4, p. 31. [↑](#footnote-ref-7)
8. RTJ, 55/50, Apud Gonçalves. Carlos R., 2010, p. 149 [↑](#footnote-ref-8)
9. RTJ, 118/1097, rel. Min. Carlos Moreira, Apud Gonçalves, Carlos R. 2010, p. 162. [↑](#footnote-ref-9)
10. MELLO, Celso Antônio B., Curso de Direito Administrativo, p. 861. Apud CAVALIERI FILHO, Sergio, 11ª ed., 2014, p.283/284 [↑](#footnote-ref-10)
11. MEIRELLES, Hely L. Direito Administrativo Brasileiro, 12ª ed., p. 561, Apud GONÇALVES, Carlos R. Direito Civil Brasileiro 4, 5ª ed., 2010, p. 149/150. [↑](#footnote-ref-11)
12. RJTJSP, 126/154, Apud GONÇALVES, Carlos R. Direito Civil Brasileiro 4, 5ª ed., 2010, p. 172. [↑](#footnote-ref-12)
13. Responsabilidade extracontratual do Estado por comportamentos administrativos, RT, 552/11-20. [↑](#footnote-ref-13)
14. RT, 753/156. [↑](#footnote-ref-14)
15. Princípios Gerais do Direito administrativo, v. 2, p. 487, n. 40.7. [↑](#footnote-ref-15)
16. Curso, cit., v.7, p. 416. [↑](#footnote-ref-16)
17. FREITAS, Jayme Walmer, Impressões objetivas sobre a lei de violência doméstica – Disponível em: br.monografias.com. Acesso em: 2/11/2014 12:34. [↑](#footnote-ref-17)
18. GOMES, Luiz Flávio, jurista, diretor-presidente do Instituto Avante Brasil e coeditor do portal [atualidadesdodireito.com.br](http://atualidadesdodireito.com.br/).  [blogdolfg.com.br](http://blogdolfg.com.br/). Acesso 26/11/2014

    [↑](#footnote-ref-18)
19. Homicídio de mulheres em decorrência de conflitos de gênero, geralmente cometidos por um homem, parceiro ou ex-parceiro da vítima. Esse tipo de crime costuma implicar situações de abuso, ameaças, intimidação e violência sexual. (Carolina Sarres. Postado 25/09/2013 – 11:05). [↑](#footnote-ref-19)
20. Lei 11.340/2006 – Art. 18 - 20 [↑](#footnote-ref-20)
21. # Decisão da 6ª Turma do STJ

    [↑](#footnote-ref-21)
22. VERAS, Érica Verícia Canuto de Oliveira Promotora de Justiça do/RN. Sete anos da Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sete-anos-da-lei-maria-da-penha/258120>, Publicação: 2013-08-11 00:00:00 [↑](#footnote-ref-22)
23. ### LASSALLE, Ferdinand. Que é uma Constituição?, Os Fatores do Poder e as Instituições Jurídicas. A Folha de Papel. www.ebooksbrasil.org.

    [↑](#footnote-ref-23)
24. # DIAS, 2010, online. Apud CARVALHO, Pablo. Jus Navigandi. 2014.

    [↑](#footnote-ref-24)
25. Programa Espaço Público: Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/espacopublico/episodio/maria-da-penha-conta-sua-historia-e-sua-luta-no-espaco-> publico. Acesso:28/11/2014 19:22. [↑](#footnote-ref-25)
26. DireitoNet. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7744/Brasil-7o-lugar-no-massacre-das-mulheres>. Acesso: 28/1102014 20:35. [↑](#footnote-ref-26)
27. BREBBIA, Roberto H. Op. cit., p. 259. Apud ANDRADE, André Gustavo C. de, Disponível em : <http://www.tjrj.jus.br/institucional/dir_gerais/dgcon/pdf/artigos/direi_civil/a_evolucao_do_conceito_de_dano_moral.pdf>. Acesso: 26/1/2014 18:28. [↑](#footnote-ref-27)
28. SILVA, Ricardo Gariba. O Dano moral e sua liquidação. Disponível em: <http://www.forp.usp.br/restauradora/etica/dm.html>. Acesso em 26/11/2014 17:45. [↑](#footnote-ref-28)
29. LACERDA, Antonio Carlos, correspondente internacional. Brasil cria dispositivo de segurança para proteger mulher de violência doméstica. Disponível em: <http://port.pravda.ru/science/30-04-2013/34554-dispositivo_seguranca-0/.Publicação>: 30/04/2013. Acesso em: 26/1102014 22:24. [↑](#footnote-ref-29)
30. Do G1 ES, Disponível em : <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2014/09/mulher-aciona-botao-do-panico-e-ex-marido-e-preso-no-es.html>. Publicado: 22/09/2014 09:22. Acesso: 26/11/2014 23:00 [↑](#footnote-ref-30)
31. <http://academico.direitorio.fgv.br/wiki/Jurisprud%C3%AAncia_STF>, RTJ 55/50, Apud Gonçalves. Carlos R., 2010, p. 149 [↑](#footnote-ref-31)